

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	18
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	95
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	97
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	99
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	101

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	113.450.000
Preferenciais	0
Total	113.450.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	19/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2013	Ordinária		1,00932

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	3.443.453	3.184.695
1.01	Ativo Circulante	1.061.161	876.885
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	306.263	107.037
1.01.03	Contas a Receber	401.895	400.472
1.01.03.01	Clientes	309.197	302.137
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	293.045	289.931
1.01.03.01.02	Contas a receber - partes relacionadas	16.152	12.206
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	92.698	98.335
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	6.076	6.335
1.01.03.02.02	Impostos a Recuperar	62.526	70.084
1.01.03.02.04	Outros Créditos - Partes Relacionadas	989	886
1.01.03.02.05	Outros Créditos	23.107	21.030
1.01.04	Estoques	349.470	368.530
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.533	846
1.02	Ativo Não Circulante	2.382.292	2.307.810
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	126.290	130.954
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	126.290	130.954
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Créditos	5.134	9.516
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	40.253	43.737
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	80.903	77.701
1.02.02	Investimentos	1.041.911	992.165
1.02.02.01	Participações Societárias	1.041.911	992.165
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.038.975	989.216
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.809	2.822
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	127	127
1.02.03	Imobilizado	959.997	930.746
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	823.615	826.863
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	136.382	103.883
1.02.04	Intangível	254.094	253.945
1.02.04.01	Intangíveis	254.094	253.945
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	90.103	90.046
1.02.04.01.03	Software	11.276	11.184
1.02.04.01.05	Goodwill	152.715	152.715

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	3.443.453	3.184.695
2.01	Passivo Circulante	522.524	373.107
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.420	64.180
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.123	18.212
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	43.297	45.968
2.01.02	Fornecedores	104.655	66.066
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	104.655	66.066
2.01.02.01.01	Fornecedores	103.962	65.243
2.01.02.01.02	Fornecedores-Partes Relacionadas	693	823
2.01.03	Obrigações Fiscais	44.330	46.076
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.977	16.391
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.564	1.095
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	14.413	15.296
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	28.080	29.394
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	273	291
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	214.015	90.457
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	214.015	90.457
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	47.173	46.985
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	166.842	43.472
2.01.05	Outras Obrigações	101.104	106.328
2.01.05.02	Outros	101.104	106.328
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	65.676	65.676
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	5.247	4.218
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	19.903	19.886
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar - partes relacionadas	1.200	1.200
2.01.05.02.07	Subvenções Governamentais	8.008	11.391
2.01.05.02.08	Debêntures	1.070	3.957
2.02	Passivo Não Circulante	402.161	400.708
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	188.648	195.788
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	188.648	195.788
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	187.330	194.404
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.318	1.384
2.02.02	Outras Obrigações	157.763	157.788
2.02.02.02	Outros	157.763	157.788
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	1.349	1.530
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	6.537	6.416
2.02.02.02.05	Contas a Pagar-Partes Relacionadas	3	3
2.02.02.02.07	Debêntures	149.874	149.839
2.02.03	Tributos Diferidos	15.224	9.376
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.224	9.376
2.02.04	Provisões	40.526	37.756
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	39.009	36.239
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.233	4.233
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.078	28.200
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.698	3.806
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido	2.518.768	2.410.880
2.03.01	Capital Social Realizado	827.721	802.631
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	121.985
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	1.461.130	1.486.220
2.03.04.01	Reserva Legal	93.947	96.715
2.03.04.02	Reserva Estatutária	633.128	633.128
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	685.223	707.545
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	48.832	48.832
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	107.890	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	42	44

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	750.449	495.987
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	891.197	570.822
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-13.134	-5.895
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-112.780	-62.338
3.01.04	Descontos Incorridos	-14.834	-6.602
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-467.079	-296.301
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-504.098	-320.859
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	37.019	24.558
3.03	Resultado Bruto	283.370	199.686
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-162.122	-74.292
3.04.01	Despesas com Vendas	-134.210	-62.857
3.04.01.01	Com Vendas	-132.630	-62.158
3.04.01.02	Depreciação e Amortização	-1.580	-699
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.737	-29.655
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-26.329	-22.776
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-4.575	-2.160
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.299	-2.127
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.534	-2.592
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.847	972
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15.569	-627
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.547	17.875
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	121.248	125.394
3.06	Resultado Financeiro	-4.632	-3.494
3.06.01	Receitas Financeiras	7.680	7.572
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.312	-11.066
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	116.616	121.900
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.726	-16.341
3.08.01	Corrente	-2.878	-8.394
3.08.02	Diferido	-5.848	-7.947
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	107.890	105.559
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	107.890	105.559
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,95099	0,93045
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,95099	0,93045

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	107.890	105.559
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2	-6
4.02.02	Ajustes de Conversão do Período	-2	-6
4.03	Resultado Abrangente do Período	107.888	105.553

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	172.084	63.354
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	131.258	121.798
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	116.616	121.900
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	17.180	11.795
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	5.669	35
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-15.547	-17.875
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	7.340	5.943
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	46.912	-57.466
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-7.094	-9.882
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	20.093	-2.129
6.01.02.03	(Aumento)nos Impostos a Recuperar	4.721	5.466
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	3.258	-2.092
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	38.589	-32.474
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	-7.515	-7.497
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	-3.383	-1.102
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	-1.757	-7.756
6.01.03	Outros	-6.086	-978
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-8.490	-2.148
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-364	-171
6.01.03.04	Liberação de Incentivos para Reinvestimentos	2.768	1.341
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-84.972	-81.396
6.02.01	Aquisição de Imobilizado,Diferido e Intangível	-50.772	-7.726
6.02.03	Aplicações em Investimentos	-34.200	-48.787
6.02.06	Amortização de dívida da aquisição de empresas	0	-25.000
6.02.07	Caixa e equivalentes de caixa incorporados	0	117
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	112.115	50.526
6.03.01	Financiamentos tomados	123.552	56.789
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-11.437	-6.263
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	199.227	32.484
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	107.037	66.582
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	306.264	99.066

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	802.631	121.985	1.486.220	0	44	2.410.880
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	802.631	121.985	1.486.220	0	44	2.410.880
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.090	0	-25.090	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	25.090	0	-25.090	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	107.890	-2	107.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	107.890	0	107.890
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2	-2
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2	-2
5.07	Saldos Finais	827.721	121.985	1.461.130	107.890	42	2.518.768

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	777.796	121.985	1.108.287	0	61	2.008.129
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	777.796	121.985	1.108.287	0	61	2.008.129
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.494	0	-23.494	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	23.494	0	-23.494	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	105.559	-6	105.553
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	105.559	0	105.559
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6	-6
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-6	-6
5.07	Saldos Finais	801.290	121.985	1.084.793	105.559	55	2.113.682

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	873.807	559.447
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	863.229	558.324
7.01.02	Outras Receitas	6.631	970
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	6.416	131
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.469	22
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-564.531	-332.914
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-374.597	-233.507
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-184.557	-99.278
7.02.04	Outros	-5.377	-129
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-5.377	-129
7.03	Valor Adicionado Bruto	309.276	226.533
7.04	Retenções	-17.180	-11.795
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.180	-11.795
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	292.096	214.738
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.227	25.447
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.547	17.875
7.06.02	Receitas Financeiras	7.680	7.572
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	315.323	240.185
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	315.323	240.185
7.08.01	Pessoal	107.122	60.632
7.08.01.01	Remuneração Direta	73.045	39.158
7.08.01.02	Benefícios	27.415	17.931
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.328	3.299
7.08.01.04	Outros	334	244
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	83.558	61.164
7.08.02.01	Federais	50.500	41.590
7.08.02.02	Estaduais	32.271	18.564
7.08.02.03	Municipais	787	1.010
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.753	12.830
7.08.03.01	Juros	12.311	11.066
7.08.03.02	Aluguéis	4.442	1.764
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	49.099	60.183
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	49.099	60.183
7.08.05	Outros	58.791	45.376
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	58.791	45.376

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	3.640.446	3.427.838
1.01	Ativo Circulante	1.290.969	1.113.462
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	353.111	142.937
1.01.03	Contas a Receber	528.786	527.683
1.01.03.01	Clientes	420.252	412.449
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	108.534	115.234
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	6.119	6.350
1.01.03.02.02	Impostos a Recuperar	76.636	84.142
1.01.03.02.04	Outros Créditos - Partes Relacionadas	989	863
1.01.03.02.05	Outros Créditos	24.790	23.879
1.01.04	Estoques	404.783	441.693
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.289	1.149
1.02	Ativo Não Circulante	2.349.477	2.314.376
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	150.107	155.046
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.749	4.674
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	145.358	150.372
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Creditos	9.509	13.814
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	49.866	53.693
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	85.983	82.865
1.02.02	Investimentos	2.949	2.962
1.02.02.01	Participações Societárias	2.949	2.962
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.949	2.962
1.02.03	Imobilizado	1.372.777	1.332.865
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.142.653	1.151.281
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	230.124	181.584
1.02.04	Intangível	823.644	823.503
1.02.04.01	Intangíveis	242.278	242.137
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	230.928	230.871
1.02.04.01.03	Software	11.350	11.266
1.02.04.02	Goodwill	581.366	581.366

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	3.640.446	3.427.838
2.01	Passivo Circulante	594.665	497.911
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	74.595	82.714
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18.850	23.155
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	55.745	59.559
2.01.02	Fornecedores	112.937	77.264
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	112.937	77.264
2.01.02.01.01	Fornecedores	112.244	76.643
2.01.02.01.02	Fornecedores - Partes Relacionadas	693	621
2.01.03	Obrigações Fiscais	60.819	61.033
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.882	21.208
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.564	1.327
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	21.318	19.881
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	37.344	39.234
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	593	591
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	229.933	159.208
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	229.933	159.208
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	63.091	115.736
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	166.842	43.472
2.01.05	Outras Obrigações	116.381	117.692
2.01.05.02	Outros	116.381	117.692
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	65.676	65.676
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	5.591	4.871
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	34.126	30.067
2.01.05.02.06	Subvenções Governamentais	8.718	11.921
2.01.05.02.08	Debêntures	1.070	3.957
2.01.05.02.09	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	1.200	1.200
2.02	Passivo Não Circulante	527.152	519.309
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	255.000	261.623
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	255.000	261.623
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	253.682	260.239
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.318	1.384
2.02.02	Outras Obrigações	159.641	159.747
2.02.02.02	Outros	159.641	159.747
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	3.198	1.530
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	6.569	8.378
2.02.02.02.07	Debêntures	149.874	149.839
2.02.03	Tributos Diferidos	60.892	51.038
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.892	51.038
2.02.04	Provisões	51.619	46.901
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.102	45.384
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	11.822	11.464
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34.582	30.043
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.698	3.877
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.517	1.517

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.518.629	2.410.618
2.03.01	Capital Social Realizado	827.721	802.631
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	121.985
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	1.461.130	1.486.220
2.03.04.01	Reserva Legal	93.947	96.715
2.03.04.02	Reserva Estatutária	633.128	633.128
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	685.223	707.545
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	48.832	48.832
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	107.751	-262
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	42	44

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	948.420	811.140
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ ou Serviços	1.121.578	943.550
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-17.073	-14.065
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-141.251	-110.392
3.01.04	Descontos Incorridos	-14.834	-7.953
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-598.609	-479.394
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-643.472	-509.099
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	44.863	29.705
3.03	Resultado Bruto	349.811	331.746
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-223.038	-192.346
3.04.01	Despesas com Vendas	-174.448	-143.235
3.04.01.01	Com Vendas	-172.219	-141.348
3.04.01.02	Depreciação Amortização	-2.229	-1.887
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.325	-49.630
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-35.427	-40.268
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-5.536	-4.437
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.299	-2.127
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-2.063	-2.798
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.090	2.315
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17.342	-1.793
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13	-3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	126.773	139.400
3.06	Resultado Financeiro	-6.027	-8.946
3.06.01	Receitas Financeiras	8.763	10.486
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.790	-19.432
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	120.746	130.454
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.733	-23.950
3.08.01	Corrente	-2.845	-10.717
3.08.02	Diferido	-9.888	-13.233
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	108.013	106.504
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	108.013	106.504
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	108.013	106.504
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,95208	0,93877
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,95208	0,93877

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	108.013	106.504
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2	-6
4.02.02	Ajustes de Conversão de Período	-2	-6
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	108.011	106.498
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	108.011	106.498

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	198.497	87.802
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	152.191	162.212
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	120.746	130.454
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	22.657	19.061
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	5.674	35
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	13	3
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	3.101	12.659
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	64.910	-67.624
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-7.837	-26.937
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	38.098	7.253
6.01.02.03	(Aumento) nos Impostos a Recuperar	4.781	5.900
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	1.825	345
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	35.674	-24.340
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	-4.135	-13.885
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	-3.203	-1.156
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	-293	-14.804
6.01.03	Outros	-18.604	-6.786
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-20.979	-7.167
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-393	-1.753
6.01.03.04	Liberação de incentivos para Reinvestimentos	2.768	2.134
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-101.809	-48.747
6.02.01	Aquisição de Imobilizado, Diferido e Intangível	-67.059	-23.747
6.02.07	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-34.750	-25.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	113.486	18.791
6.03.01	Financiamentos tomados	128.488	78.542
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-15.002	-59.751
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	210.174	57.846
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	142.937	95.323
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	353.111	153.169

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	802.631	121.985	1.486.220	-262	44	2.410.618	0	2.410.618
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	802.631	121.985	1.486.220	-262	44	2.410.618	0	2.410.618
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.090	0	-25.090	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	25.090	0	-25.090	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	108.013	-2	108.011	0	108.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	108.013	0	108.013	0	108.013
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2	-2	0	-2
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2	-2	0	-2
5.07	Saldos Finais	827.721	121.985	1.461.130	107.751	42	2.518.629	0	2.518.629

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	777.796	121.985	1.108.287	-2.356	61	2.005.773	0	2.005.773
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	777.796	121.985	1.108.287	-2.356	61	2.005.773	0	2.005.773
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.494	0	-23.494	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	23.494	0	-23.494	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	106.504	-6	106.498	0	106.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	106.504	0	106.504	0	106.504
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6	-6	0	-6
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-6	-6	0	-6
5.07	Saldos Finais	801.290	121.985	1.084.793	104.148	55	2.112.271	0	2.112.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.108.338	925.085
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.089.671	921.532
7.01.02	Outras Receitas	11.786	1.734
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	9.891	2.596
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.010	-777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-706.417	-547.435
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-454.987	-338.387
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-242.951	-206.655
7.02.04	Outros	-8.479	-2.393
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-8.479	-2.393
7.03	Valor Adicionado Bruto	401.921	377.650
7.04	Retenções	-22.657	-19.061
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.657	-19.061
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	379.264	358.589
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.750	10.483
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13	-3
7.06.02	Receitas Financeiras	8.763	10.486
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	388.014	369.072
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	388.014	369.072
7.08.01	Pessoal	140.089	120.121
7.08.01.01	Remuneração Direta	98.432	78.974
7.08.01.02	Benefícios	33.123	33.597
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.070	6.895
7.08.01.04	Outros	464	655
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	120.233	119.496
7.08.02.01	Federais	71.751	75.385
7.08.02.02	Estaduais	47.357	42.336
7.08.02.03	Municipais	1.125	1.775
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.679	22.951
7.08.03.01	Juros	14.790	19.432
7.08.03.02	Aluguéis	4.889	3.519
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	49.222	61.128
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	49.222	61.128
7.08.05	Outros	58.791	45.376
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	58.791	45.376

Comentário do Desempenho

Aos Senhores acionistas e à Sociedade,

A Administração da **M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos** anuncia e submete à sua apreciação os resultados do primeiro trimestre de 2013 (1T13). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis internacionais - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") - emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A M. Dias Branco apresenta ao mercado os seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2013 (1T13), ratificando seu compromisso com as melhores práticas de transparência e de divulgação, a fim de permitir aos acionistas e à sociedade a mais ampla e correta interpretação de seu negócio e de seus resultados.

No 1T13, o Grupo obteve R\$ 948,4 milhões de Receita Líquida (+16,9% acima do 1T12), R\$ 349,8 milhões de Lucro Bruto (+5,4% acima do 1T12), R\$ 149,5 milhões de *EBITDA* (-5,7% abaixo do 1T12) e R\$ 108,0 milhões de Lucro Líquido (+1,4% acima do 1T12), com volumes de vendas consolidados, líquidos de devoluções, da ordem de 392,2 mil toneladas (+5,5% acima do 1T12).

Os dados acima, que serão apresentados com mais detalhes ao longo deste documento, demonstram que o Grupo segue expandindo sua presença nos mercados onde atua, dando continuidade ao processo de elevação de suas receitas e volumes de vendas.

No tocante a resultados no comparativo 1T13 x 1T12, mesmo considerando a elevação em valores absolutos de lucro bruto e lucro líquido, é importante mencionar que o aumento do custo médio dos produtos vendidos (+19,9%), principalmente devido ao crescimento do custo médio de matérias-primas, e das despesas operacionais médias (+9,9%) contribuíram para reduções de margens e do *EBITDA* (em valor absoluto) no referido comparativo, mesmo considerando a elevação registrada nos preços médios consolidados da ordem de 11,0%.

Já com relação à performance no comparativo 1T13 x 4T12, ressalte-se que mesmo considerando a redução do preço médio consolidado (-1,2%) e o aumento do custo médio dos produtos vendidos (+2,5%), a redução das despesas operacionais médias (-9,0%) contribuíram para o aumento do *EBITDA* e margem *EBITDA* no referido comparativo.

O Grupo continua ciente da necessidade de envidar os esforços necessários para recomposição de suas margens, continuando em curso com ações referentes a melhoria de eficiência operacional.

No 1T13, o Grupo realizou investimentos de R\$ 70,4 milhões, destinados para expansão orgânica, recursos estes necessários para os projetos de ampliação, modernização e manutenção de seu parque industrial, com o propósito de atender ao crescimento da demanda do mercado por seus produtos e a necessidade de matérias-primas para consumo interno (verticalização).

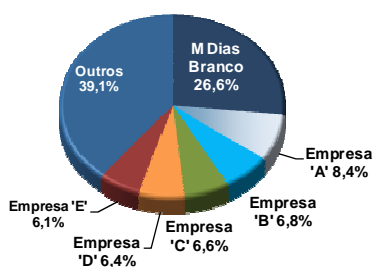
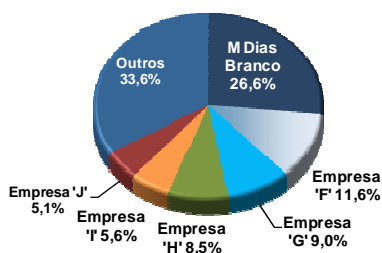
De acordo com dados coletados pela *A.C. Nielsen* referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2013, o Grupo mantém sua posição de liderança no mercado nacional de biscoitos e massas, em volume de vendas, com 26,6% de *market-share* para cada um dos respectivos mercados.

A Administração segue otimista com relação ao desempenho do Grupo, ciente dos desafios que se apresentam para o ano de 2013 referentes à implementação de sua estratégia e expansão de seus resultados, e prosseguirá com os melhores esforços e com o propósito de maximização do valor da riqueza de seus acionistas.

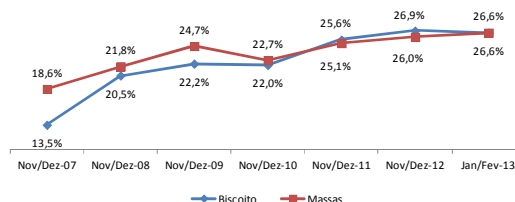
Comentário do Desempenho

DESTAQUES OPERACIONAIS

MARKET SHARE E CONCENTRAÇÃO DE VENDAS

Market Share Biscoitos* - Brasil
(em % de volume vendido)Market Share Massas* - Brasil
(em % de volume vendido)

Evolução histórica - Market Share* - Brasil (em % de volume vendido)



* Dados da AC NIELSEN.
Obs: Os dados consideram Vitória a partir de 2008, Pilar e Estrela a partir de 2011 e Moínho Santa Lúcia a partir de 2012.

* Dados da AC NIELSEN para os meses de janeiro e fevereiro de 2013

* Dados da AC NIELSEN para os meses de janeiro e fevereiro de 2013

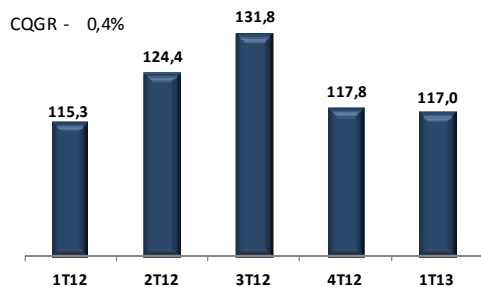
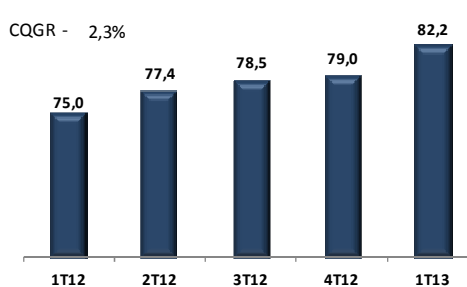
Mix de Clientes	1T13	1T12	Varição
Varejo *	37,6%	38,7%	-1,1 p.p
Atacado / Distribuidores	46,4%	45,7%	0,7 p.p
Grandes Redes	12,5%	12,9%	-0,4 p.p
Indústria	2,6%	2,0%	0,6 p.p
Outros	0,9%	0,7%	0,2 p.p
TOTAL	100,0%	100,0%	

(*) Atendimento direto

Maiores Clientes		Vendas 1T13 (R\$ Milhões) *	Participação na Receita Líquida de Descontos	
Seqüência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada
Maior Cliente	1	67,4	6,1%	6,1%
49 Subsequentes	50	283,5	25,6%	31,7%
50 Subsequentes	100	79,7	7,2%	38,9%
900 Subsequentes	1.000	319,7	28,9%	67,8%
Demais Clientes	Todos clientes	356,4	32,2%	100,0%
TOTAL		1.106,7		

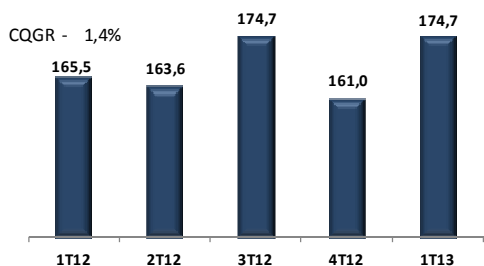
* Receita líquida de descontos

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS

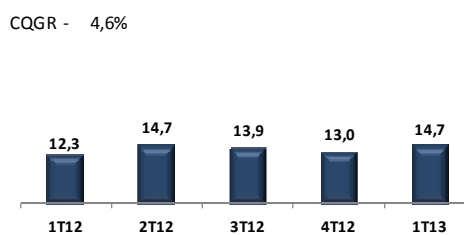
Biscoitos - Volume de Vendas
(em mil TON)Massas - Volume de Vendas
(em mil TON)

Comentário do Desempenho

Farinha e Farelo - Volume de Vendas (em mil TON)



Marg. e Gorduras - Volume de Vendas (em mil TON)



CQGR - Compounded Quarterly Growth Rate

NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

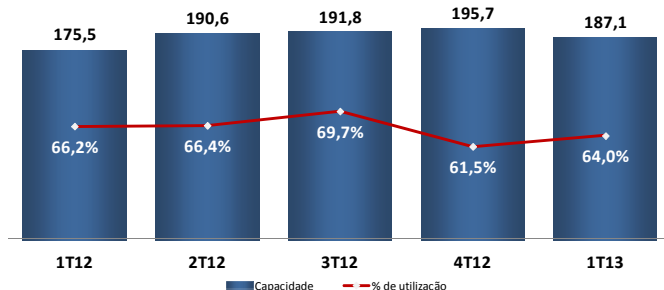
Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Bolos e Snacks		Total	
	1T13	1T12	1T13	1T12	1T13	1T12	1T13	1T12	1T13	1T12	1T13	1T12
Produção Total	119,8	116,2	85,1	79,5	298,2	277,6	31,8	26,3	0,5	0,5	535,4	500,1
Capacidade Total de Produção	187,1	175,5	114,7	119,4	382,7	382,7	45,0	45,0	1,8	1,6	731,3	724,2
Nível de Utilização da Capacidade	64,0%	66,2%	74,2%	66,6%	77,9%	72,5%	70,7%	58,4%	27,8%	31,3%	73,2%	69,1%

* Em mil toneladas

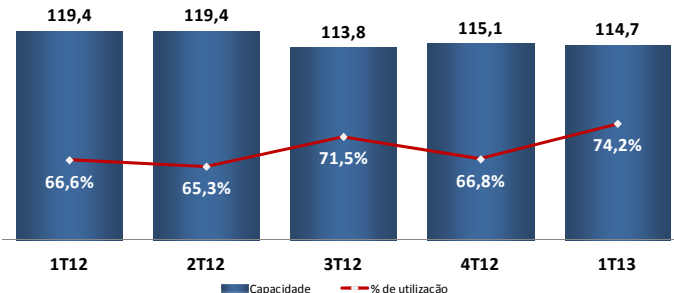
Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Bolos e Snacks		Total	
	1T13	4T12	1T13	4T12	1T13	4T12	1T13	4T12	1T13	4T12	1T13	4T12
Produção Total	119,8	120,3	85,1	76,9	298,2	275,5	31,8	28,0	0,5	0,4	535,4	501,1
Capacidade Total de Produção	187,1	195,7	114,7	115,1	382,7	382,7	45,0	45,0	1,8	1,6	731,3	740,1
Nível de Utilização da Capacidade	64,0%	61,5%	74,2%	66,8%	77,9%	72,0%	70,7%	62,2%	27,8%	25,0%	73,2%	67,7%

* Em mil toneladas

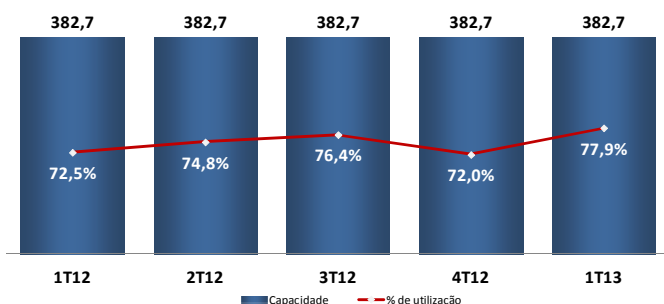
Biscoitos - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



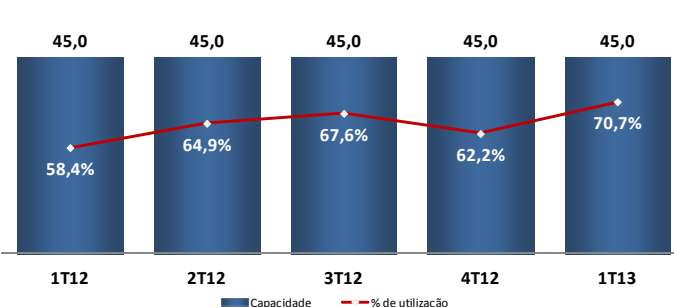
Massas - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



Farinha e Farelo - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



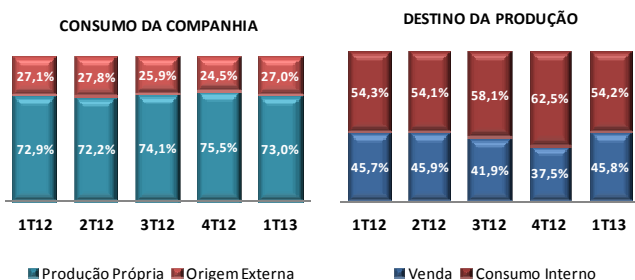
Marg. e Gorduras - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



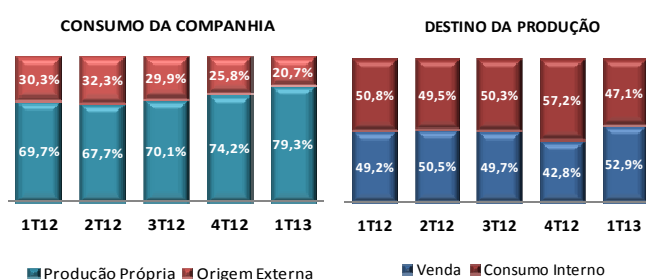
Comentário do Desempenho

VERTICALIZAÇÃO

FARINHA DE TRIGO



GORDURAS



RESULTADOS DO PERÍODO

RECEITA LÍQUIDA

A **Receita Líquida** cresceu **16,9%** no **1T13** frente ao 1T12 em função, principalmente, do aumento de 11,0% no preço médio de vendas, em virtude de repasse do incremento de custo com os insumos. No comparativo **1T13** versus 4T12, o aumento de **3,1%** da Receita Líquida é consequência, essencialmente, do maior volume de vendas.

Linhas de Produto	1T13			1T12			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	493,2	117,0	4,22	446,4	115,3	3,87	10,5%	1,5%	9,0%
Massas	214,8	82,2	2,61	181,2	75,0	2,42	18,5%	9,6%	7,9%
Farinha e Farelo	185,0	174,7	1,06	141,1	165,5	0,85	31,1%	5,6%	24,7%
Margarinas e Gorduras	46,5	14,7	3,16	34,8	12,3	2,83	33,6%	19,5%	11,7%
Bolos e Snacks	5,7	0,5	11,40	5,5	0,5	11,00	3,6%	0,0%	3,6%
Diversos	3,2	3,1	1,03	2,1	3,3	0,64	-	-	-
TOTAL	948,4	392,2	2,42	811,1	371,9	2,18	16,9%	5,5%	11,0%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

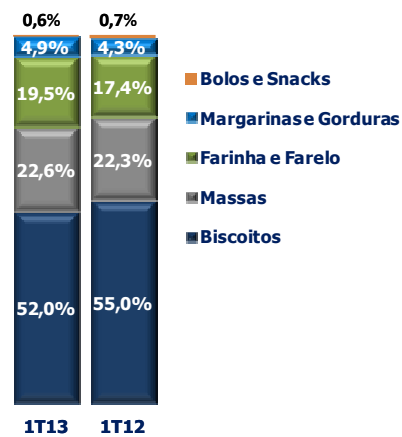
Linhas de Produto	1T13			4T12			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	493,2	117,0	4,22	488,7	117,8	4,15	0,9%	-0,7%	1,7%
Massas	214,8	82,2	2,61	207,6	79,0	2,63	3,5%	4,1%	-0,8%
Farinha e Farelo	185,0	174,7	1,06	174,0	161,0	1,08	6,3%	8,5%	-1,9%
Margarinas e Gorduras	46,5	14,7	3,16	40,2	13,0	3,09	15,7%	13,1%	2,3%
Bolos e Snacks	5,7	0,5	11,40	5,3	0,5	10,60	7,5%	0,0%	7,5%
Diversos	3,2	3,1	1,03	3,9	3,5	1,11	-	-	-
TOTAL	948,4	392,2	2,42	919,7	374,8	2,45	3,1%	4,6%	-1,2%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

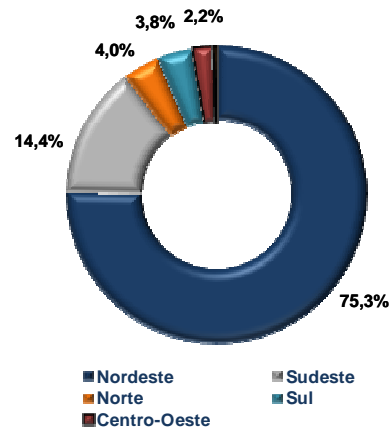
Destacamos que a partir de janeiro de 2013, o governo federal incluiu alguns setores entre os beneficiados pela desoneração da folha de pagamento. Tal decisão afetou a maioria dos nossos produtos sobre os quais passamos a pagar a contribuição patronal do INSS sobre a receita e não mais sobre a folha de pagamento. Com a mudança, passamos a ter uma nova dedução das vendas, que impactou na diminuição da receita líquida da Companhia em R\$ 8,7 milhões no 1T13 e, consequentemente, nas análises de representatividade de custos e despesas sobre a receita líquida. Desconsiderando o efeito da dedução do INSS sobre vendas, o 1T13 alcançaria R\$ 957,1 milhões, representando um crescimento de 18,0% sobre 1T12 e 4,1% sobre 4T12.

Comentário do Desempenho

Composição da Receita Operacional Líquida



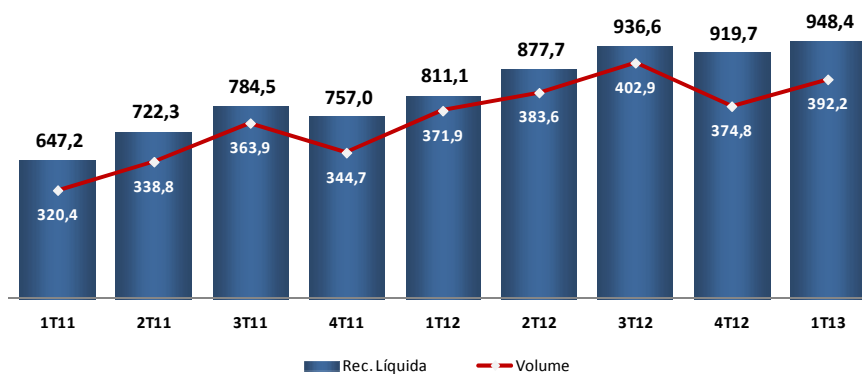
Vendas por Região - 1T13
(% da Receita Líquida de Descontos)



Nota1: Diversos representaram 0,4% da receita operacional líquida do 1T13, 0,3% no 1T12.

Nota2: As exportações representaram 0,3% da receita líquida de descontos no 1T13.

Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume Líquido (em ton mil)

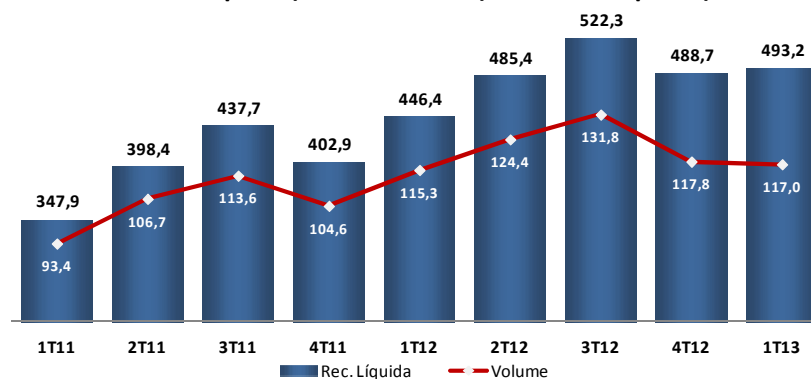


BISCOITOS

O aumento de **10,5%** na **receita líquida** de biscoitos no comparativo entre o **1T13** e o 1T12, decorreu essencialmente do aumento de 9,0% nos preços médios praticados com vendas de biscoitos, proporcionado pelo repasse do aumento no custo dos insumos entre esses dois períodos.

Importante ressaltar que o Grupo vem investindo em inovação, desenvolvendo novos produtos de acordo com as tendências do mercado. No 1T13, o Grupo obteve uma receita bruta de R\$ 42,8 milhões com 76 novos biscoitos lançados nos últimos 24 meses.

Biscoitos- Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



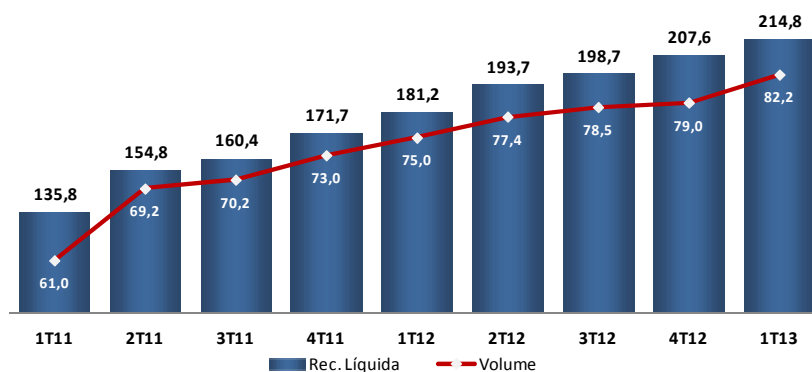
Comentário do Desempenho

MASSAS

A receita líquida de massas aumentou 18,5% no 1T13 em relação ao 1T12, em virtude do aumento no volume de vendas de 9,6%, principalmente nos Estados do Ceará, São Paulo, Pernambuco e Paraíba, com destaque para as Massas Comuns, com Sêmola e com Ovos, e aumento no preço médio de 7,9% devido o repasse aos preços dos aumentos nos custos com insumos. No comparativo do 1T13 com 4T12, a receita líquida de massas aumentou 3,5%, essencialmente pelo aumento nos volumes vendidos de 4,1%, principalmente nas marcas Adria e Estrela nas Regiões Sudeste e Nordeste. Destacamos que o esforço da área comercial, substituição de representantes por vendedores próprios capacitados, treinados e motivados (no Sudeste), maior exposição dos produtos em pontos de vendas e a captação de novos clientes proporcionou o crescimento no volume de vendas.

Importante ressaltar que o Grupo vem investindo em inovação, desenvolvendo novos produtos de acordo com as tendências do mercado. No 1T13, o Grupo obteve uma receita bruta de R\$ 9,3 milhões com 24 novos lançamentos nos últimos 24 meses.

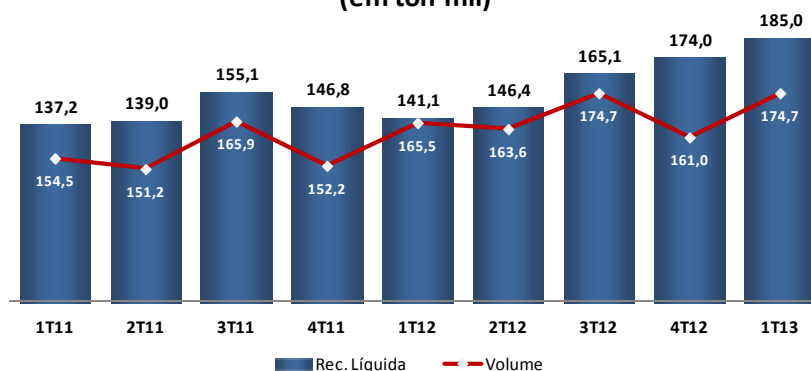
Massas - Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



FARINHA E FARELO DE TRIGO

A receita líquida de farinha e farelo de trigo apresentou crescimento de 31,1% em função do aumento no volume de vendas de 5,6% no comparativo do 1T13 com o 1T12 e, principalmente, pela elevação de 24,7% no preço médio de venda praticado, em virtude dos reajustes decorrentes do aumento do custo de aquisição do trigo em grão. No comparativo 1T13 versus 4T12, a receita líquida de farinha e farelo de trigo cresceu 6,3% em virtude, essencialmente, do aumento de 8,5% nos volumes vendidos.

Farinha e Farelo- Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)

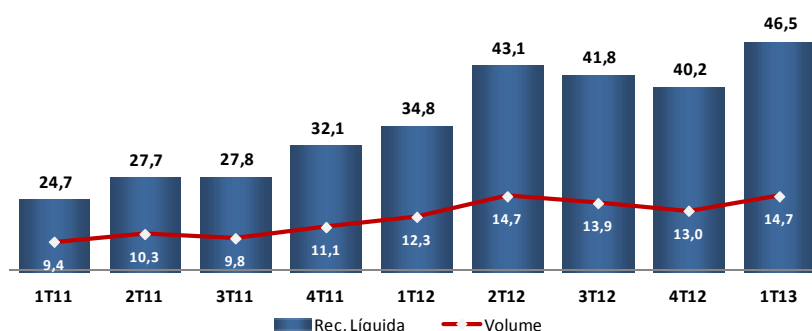


Comentário do Desempenho

MARGARINAS E GORDURAS

A receita líquida de margarinas e gorduras apresentou aumento de **33,6%** no comparativo do **1T13** com o **1T12**, e de **15,7%** no comparativo do **1T13** com o **4T12**, essencialmente pelo crescimento nos volumes vendidos de **19,5%** e **13,1%**, respectivamente, entre os dois períodos comparados, além do aumento de preço de **11,7%** no comparativo **1T13 x 1T12**, e de **2,3%** no comparativo **1T13 x 4T12**. O Nordeste continua sendo a região mais representativa com **93,9%** dos volumes vendidos de **margarinas e gorduras**. Porém, Estados de outras regiões do país, como o Estado do Pará, já apresentam crescimento, resultado da qualidade de nossos produtos e novas parcerias para a comercialização.

Marg. e Gorduras- Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

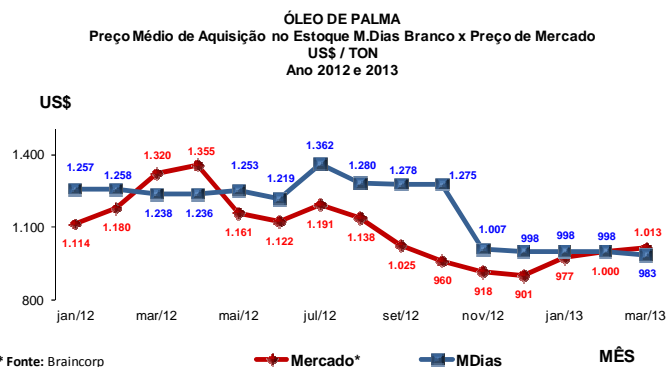
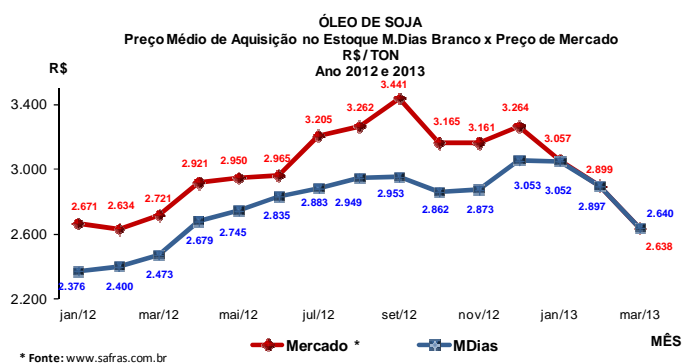
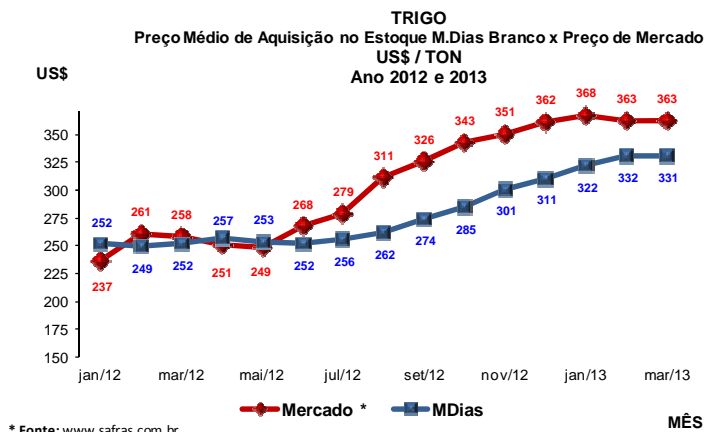
Custos Operacionais (R\$ milhões)	1T13	% RL	1T12	% RL	AH% 1T12-1T13	4T12	% RL	AH% 4T12-1T13
Matéria Prima	444,9	46,9%	326,6	40,3%	36,2%	394,4	42,9%	12,8%
Trigo	252,7	26,6%	173,7	21,4%	45,5%	209,8	22,8%	20,4%
Óleo	59,8	6,3%	48,9	6,0%	22,3%	53,4	5,8%	12,0%
Açúcar	22,0	2,3%	23,5	2,9%	-6,4%	23,3	2,5%	-5,6%
Farinha de Terceiros	51,4	5,4%	23,8	2,9%	116,0%	42,7	4,6%	20,4%
Gordura de Terceiros	10,4	1,1%	13,1	1,6%	-20,6%	15,5	1,7%	-32,9%
Outros insumos	48,6	5,1%	43,6	5,4%	11,5%	49,7	5,4%	-2,2%
Embalagens	61,1	6,4%	58,2	7,2%	5,0%	61,6	6,7%	-0,8%
Mão-de-obra	68,4	7,2%	63,8	7,9%	7,2%	74,0	8,0%	-7,6%
Gastos Gerais de Fabricação	47,5	5,0%	46,0	5,7%	3,3%	51,4	5,6%	-7,6%
Depreciação e Amortização	18,4	1,9%	14,4	1,8%	27,8%	18,4	2,0%	0,0%
Diversos	3,2	0,3%	-	0,0%	0,0%	0,1	0,0%	3100,0%
Total dos Custos Operacionais	643,5	67,9%	509,0	62,8%	26,4%	599,9	65,2%	7,3%

A representatividade dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida apresentou aumento tanto no comparativo **1T13 x 1T12** como no comparativo **1T13 x 4T12** de 5,1 p.p. e 2,7 p.p., respectivamente. A variação apresentada no **1T13** foi decorrente, essencialmente, dos seguintes fatores:

- ↑ Aumento do custo médio do trigo do Grupo, decorrente do acréscimo dos preços praticados no mercado para aquisição desse insumo, de **37,9%** no comparativo **1T13** e **1T12**, e de 3,0% no comparativo do **1T13** e **4T12**;
- ↓ Redução da participação percentual dos custos da mão-de-obra, gastos gerais de fabricação e embalagens, em virtude de: a) benefício trazido pela norma federal que desonerou a folha de pagamento, a partir de jan/13, modificando a forma do cálculo da contribuição previdenciária patronal que passou a ter o faturamento como base, para a maioria de nossos produtos, e não

Comentário do Desempenho

mais os valores da folha de pagamento; b) redução das tarifas com energia elétrica no país, promovida através da Lei 12.783/2013 e c) mudança no mix dos produtos, respectivamente.

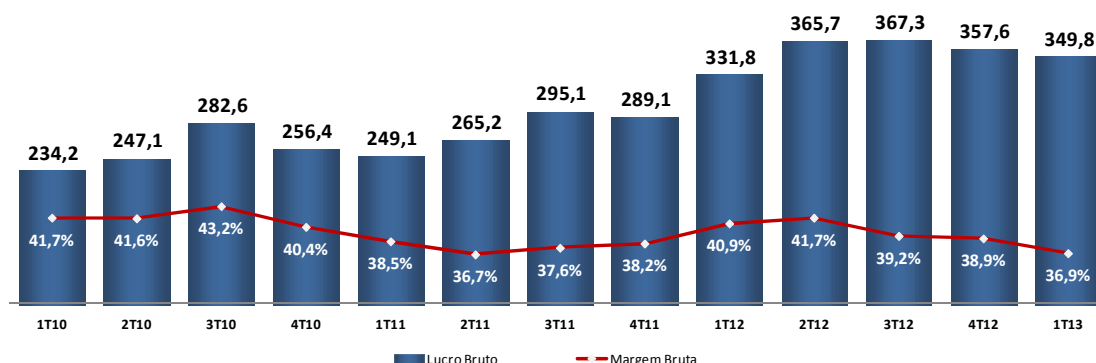


LUCRO BRUTO

O lucro bruto do Grupo atingiu **R\$ 349,8 milhões** no 1T13, representando um crescimento de **5,4%** sobre 1T12, e redução de **2,2%** sobre o 4T12.

O lucro bruto contempla as subvenções para investimento estaduais, no montante **R\$ 44,9 milhões** no 1T13, que transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 – Subvenções Governamentais. Importante ressaltar que tais subvenções, não obstante sua inequívoca essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008, no resultado do exercício, quando entrou em vigor o supracitado CPC.

Evolução histórica - Lucro Bruto e Margem bruta



Comentário do Desempenho

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	1T13	% RL	1T12	% RL	AH% 1T12-1T13	4T12	% RL	AH% 4T12-1T13
Vendas	172,2	18,2%	141,3	17,4%	21,9%	186,8	20,3%	-7,8%
Administrativas e gerais	35,4	3,7%	40,3	5,0%	-12,2%	49,5	5,4%	-28,5%
Honorários da administração	2,3	0,2%	2,1	0,3%	9,5%	2,7	0,3%	-14,8%
Tributárias	5,5	0,6%	4,5	0,6%	22,2%	3,6	0,4%	52,8%
Depreciação e amortização	4,3	0,5%	4,7	0,6%	-8,5%	4,2	0,5%	2,4%
Outras desp./(rec.) operac.	3,3	0,3%	(0,5)	-0,1%	-760,0%	(12,5)	-1,4%	-126,4%
TOTAL	223,0	23,5%	192,4	23,7%	15,9%	234,3	25,5%	-4,8%

A representatividade das despesas operacionais sobre a receita líquida apresentou redução no **1T13** tanto no comparativo com o 1T12 como no comparativo com o 4T12 de 0,2 p.p. e 2,0 p.p., respectivamente.

No **1T13**, as **despesas com vendas** apresentaram um aumento de **21,9%** em relação ao 1T12 (**+0,8 p.p** em relação à receita líquida), em virtude da soma dos seguintes fatores: (i) reajustes salariais em função de acordos coletivos, bem como pela antecipação da data base do reajuste com impacto a partir de mar/13, enquanto que no ano de 2012 o impacto ocorreu no 2T12 (R\$ 7,3 milhões); (ii) aumento dos gastos com fretes, operador logístico, verbas comerciais e bonificações, refletidos pela expansão dos volumes de vendas (R\$ 15,5 milhões); (iii) maiores gastos com publicidade e propaganda, principalmente com patrocínio e campanha publicitária (R\$ 1,9 milhão); (iv) maior provisão para redução ao valor recuperável com clientes (R\$ 2,2 milhões); e (v) indenizações em função de rescisões contratuais com representantes comerciais (R\$ 1,1 milhão).

As **despesas administrativas** caíram **12,2%** no **1T13** em relação ao 1T12, influenciadas, pela redução dos encargos sociais (R\$ 2,2 milhões), em virtude, principalmente, da desoneração da folha de pagamento, conforme já mencionamos anteriormente, e redução de gastos administrativos após processo de integração das empresas adquiridas e reorganizações societárias. Na comparação com o 4T12, as **despesas administrativas** caíram **28,3%** no **1T13**, pelas mesmas razões apresentadas na comparação com o 1T12, considerando que no **1T13** o Grupo não teve os gastos com honorários advocatícios ocorridos no 4T12 no montante de R\$ 7,1 milhões.

As **Outras despesas operacionais** totalizaram **R\$ 3,3 milhões** no **1T13**, decorrente da provisão para contingências trabalhistas no valor de **R\$ 4,3 milhões** e baixa de ativos não realizáveis no valor de **R\$ 6,4 milhões**. Em contraponto, o Grupo registrou receitas de **R\$ 1,4 milhão** com a venda de avarias, varreduras, sucatas e recuperação de despesas, e **R\$ 6,0 milhões** em função da negociação para a liquidação da dívida de aquisição da Vitarella para suprir possíveis contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos antes da aquisição e que possam ser exigidas da sociedade adquirida.

RESULTADOS FINANCEIROS

No sentido de promover uma melhor compreensão das variações ocorridas no resultado financeiro, optou-se por evidenciar e analisar as variações cambiais e operações com *swap* do período de forma segregada das demais receitas e despesas financeiras, como demonstrado no quadro abaixo:

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	1T13	1T12	AH% 1T12-1T13	4T12	AH% 4T12-1T13
Receitas Financeiras	5,7	5,6	1,8%	4,7	21,3%
Despesas Financeiras	(10,4)	(14,3)	-27,3%	(11,9)	-12,6%
Variações Cambiais	(1,0)	0,2	-600,0%	-	-
Perdas / Ganhos com swap	(0,4)	(0,4)	-	(0,6)	-33,3%
TOTAL	(6,1)	(8,9)	-31,5%	(7,8)	-21,8%

A principal variação no resultado financeiro no **1T13** em relação ao 1T12 e 4T12 está relacionada à redução das despesas financeiras, em virtude da redução do endividamento do Grupo após pagamentos de parcelas de dívidas com aquisições de empresas.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ Milhões)	1T13	1T12	AH% 1T12-1T13
IRPJ e CSLL	26,6	39,6	-32,8%
Incentivo Fiscal - IRPJ	(13,9)	(15,6)	-10,9%
TOTAL	12,7	24,0	-47,1%

A **redução de 32,8%** no **imposto de renda e contribuição social no 1T13** em relação ao 1T12 foi decorrente da redução do resultado antes dos impostos e, conseqüentemente, da base de cálculo dos tributos. Vale salientar que as subvenções para investimento estaduais, reconhecidas no resultado por força do CPC 07, não integram a base de cálculo dos referidos tributos.

O valor dos **incentivos fiscais federais, recebidos mediante dedução do valor do imposto de renda (IRPJ) devido**, reduziu **10,9% no 1T13** em relação à 1T12, em função da redução dos resultados produzidos pelos investimentos incentivados.

Importante salientar que a partir de janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil do ágio. Contudo, tal procedimento não alterou os efeitos fiscais da amortização do ágio que passou a ser realizada nos termos do RTT - Regime Tributário de Transição, previsto na Lei nº 11.941/09. Assim, o Grupo, por força de exigência contida no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599/09) - vem constituindo, a débito da conta de despesa de IRPJ e CSLL inclusa em seu resultado, obrigações fiscais diferidas decorrentes dessa amortização, apenas para fins fiscais, mesmo não vislumbrando a possibilidade de futura realização de tal obrigação. No 1T13 e 1T12 o Grupo registrou na despesa de IRPJ e CSLL, a esse título, o valor equivalente a R\$ 5,8 milhões e R\$ 3,4 milhões, respectivamente.

Comentário do Desempenho

EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

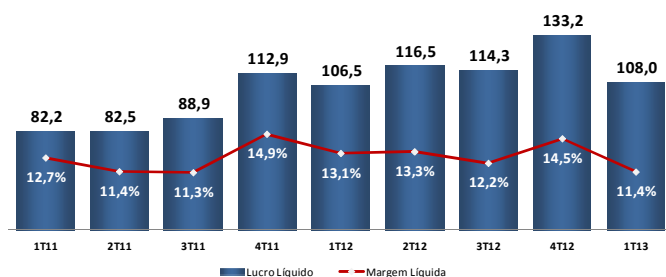
EBITDA A PARTIR DO LUCRO LÍQUIDO:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	1T13	1T12	Variação	4T12	Variação
Lucro Líquido	108,0	106,5	1,4%	133,2	-18,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,6	39,6	-32,8%	(25,1)	-206,0%
Incentivo de IRPJ	(13,9)	(15,6)	-10,9%	7,3	-290,4%
Receitas Financeiras	(8,7)	(10,5)	-17,1%	(6,3)	38,1%
Despesas Financeiras	14,8	19,4	-23,7%	14,1	5,0%
Depreciação e Amortização sobre CPV	18,4	14,4	27,8%	18,4	0,0%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	4,3	4,7	-8,5%	4,2	2,4%
Deságio na aquisição de investimento	-	-	-	(3,7)	-100,0%
EBITDA	149,5	158,5	-5,7%	142,1	5,2%
Margem EBITDA	15,8%	19,5%	-3,7 p.p	15,5%	0,3 p.p

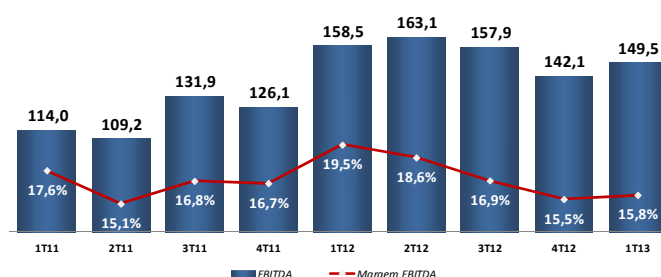
EBITDA A PARTIR DA RECEITA BRUTA:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	1T13	1T12	Variação	4T12	Variação
Receita Bruta	1.121,6	943,5	18,9%	1.080,7	3,8%
Impostos e deduções sobre vendas	(173,2)	(132,4)	30,8%	(161,0)	7,6%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(598,6)	(479,3)	24,9%	(562,1)	6,5%
Depreciação e Amortização sobre CPV	18,4	14,4	27,8%	18,4	0,0%
Despesas Operacionais	(223,0)	(192,4)	15,9%	(234,3)	-4,8%
Equivalência patrimonial	-	-	-	(0,1)	-
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	4,3	4,7	-8,5%	4,2	2,4%
Deságio na aquisição de investimento	-	-	0,0%	(3,7)	-100,0%
EBITDA	149,5	158,5	-5,7%	142,1	5,2%
Margem EBITDA	15,8%	19,5%	-3,7 p.p	15,5%	0,3 p.p

Evolução histórica - Lucro líquido (em R\$ milhões) e Margem Líquida



Evolução histórica - EBITDA (em R\$ milhões) e Margem EBITDA



DÍVIDA, CAPITALIZAÇÃO E CAIXA

Capitalização (em R\$ milhões)	31/03/2013	31/03/2012	Variação
Curto Prazo	231,0	271,3	-14,9%
Longo Prazo	404,8	302,3	33,9%
Endividamento Total	635,8	573,6	10,8%
(-) Caixa *	(357,8)	(165,3)	116,5%
(=) Dívida Líquida	278,0	408,3	-31,9%
Patrimônio Líquido	2.518,6	2.112,3	19,2%
Capitalização	3.154,4	2.685,9	17,4%

* Inclui Disponibilidades e Aplicações Financeiras de curto e longo prazo

Indicadores Financeiros	31/03/2013	31/03/2012	Variação
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	0,5	0,8	-37,5%
Dívida Líquida / PL	11,0%	19,3%	-8,3 p.p
Endividamento / Ativo Total	17,5%	18,4%	-0,9 p.p

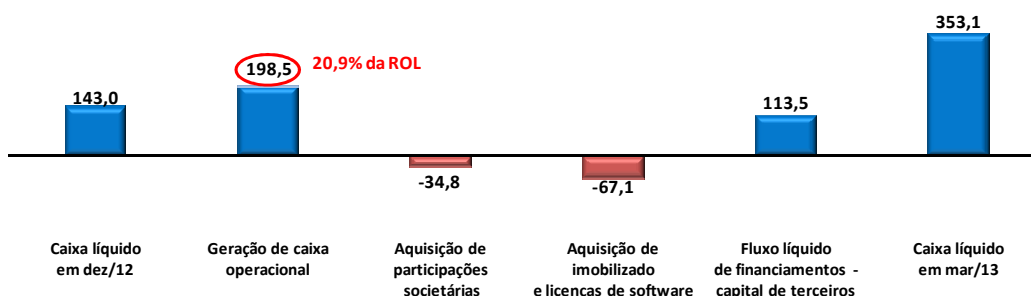
O Grupo possui passivos indexados em moeda estrangeira (dólar em sua maior parte) no montante de R\$ 168,2 milhões no 1T13 (R\$ 66,8 milhões no 1T12), decorrentes da importação do trigo e de financiamentos de máquinas. O montante de R\$ 165,5 milhões, representado por importação de

Comentário do Desempenho

insumos, encontra-se protegido por operações de *swap*, que consiste na troca do risco cambial por CDI, os quais são registrados pelo valor justo e cujos resultados são contabilizados no resultado financeiro.

Endividamento (Em Milhões)	Indexador	Juros (a.a.)*	31/03/2013	AV%	31/03/2012	AV%	AH%
Moeda Nacional			467,6	73,5%	506,8	88,4%	-7,7%
BNDES - FINAME	TJLP	2,26% (2,05% em 31/03/12)	4,9	0,8%	10,1	1,8%	-51,5%
BNDES - PSI	R\$	5,35% (5,32% em 31/03/12)	103,5	16,3%	97,8	17,1%	5,8%
BNDES - PSI	URTJLP	6,11% (5,83% em 31/03/12)	1,2	0,2%	1,7	0,3%	-29,4%
Financ. de Trib. Estad. (PROVIN)	TJLP	-	21,4	3,4%	19,1	3,3%	12,0%
Financ. de Trib. Estad. (DESENVOLVE)	TJLP	-	5,0	0,8%	4,0	0,7%	25,0%
Financ. BNB-FNE	Pré Fixada	10,00%	95,8	15,1%	107,7	18,8%	-11,0%
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,36%	-	0,0%	1,3	0,2%	-100,0%
Capital de Giro-Pré Fixada	100% CDI	17,99%	-	0,0%	9,1	1,6%	-100,0%
Capital de Giro -CDI		5,54%	-	0,0%	3,9	0,7%	-100,0%
PEC-BNDES	URTJLP	6,47%	-	0,0%	7,0	1,2%	-100,0%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	Outros	2,49%	-	0,0%	0,2	0,0%	-100,0%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	TJLP	2,49%	0,3	0,0%	0,5	0,1%	-40,0%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	Tx Variável	2,49%	0,1	0,0%	-	0,0%	0,0%
Instrumento de Cessão de Quotas da Vitarella	100% CDI	-	25,0	3,9%	102,9	17,9%	-75,7%
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	-	-	0,0%	23,3	4,1%	-100,0%
Instrumento de Cessão de Quotas da Estrela	100% CDI	-	18,8	3,0%	118,2	20,6%	-84,1%
Instrumento de Cessão de Quotas do Moinho Santa Lúcia	100% CDI	-	40,7	6,4%	-	0,0%	0,0%
Debêntures	100% CDI	0,50%	150,9	23,7%	-	0,0%	0,0%
Moeda Estrangeira			168,2	26,5%	66,8	11,6%	151,8%
Financ. de importação insumos	USD	1,37% (2,87% em 31/03/12)	165,5	26,0%	63,0	11,0%	162,7%
Financ. de Máquinas e Equipamentos	CHF	(Libor* + 1,50%)	2,7	0,5%	3,8	0,7%	-28,9%
TOTAL			635,8	100,0%	573,6	100,0%	10,8%

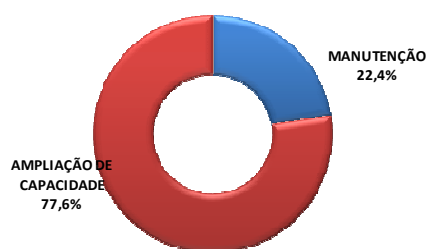
O Grupo registrou um aumento nas disponibilidades de **R\$ 210,1 milhões** no **1T13**. Houve geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 198,5 milhões, e de R\$ 113,5 milhões decorrente do fluxo líquido de financiamentos com capital de terceiros. Em contraponto, foram aplicados R\$ 66,6 milhões na aquisição de ativo imobilizado, R\$ 0,5 milhão em licenças de softwares e R\$ 34,8 milhões no pagamento da dívida de aquisições em participações societárias.



INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ milhões)	1T13	1T12	Varição
Instalações	2,1	2,6	-19,2%
Máquinas e Equipamentos	55,1	18,3	201,1%
Obras Cíveis	9,7	2,5	288,0%
Veículos	1,7	0,1	1600,0%
Computadores e Periféricos	0,8	0,2	300,0%
Móveis e utensílios	1,0	1,4	-28,6%
Outros	0,0	0,5	-100,0%
Total	70,4	25,6	175,0%

Investimentos 1T13 - R\$ 70,4 milhões



Os **investimentos** totalizaram **R\$ 70,4 milhões** no **1T13**, distribuídos entre expansão e manutenção. Os principais itens que compuseram os gastos com investimentos no **1T13** foram: (i) aquisição de máquinas

Comentário do Desempenho

e equipamentos para instalação de linha de produção de torradas na unidade localizada no Eusébio-CE; (ii) aquisição de um novo diagrama de moagem de trigo na unidade localizada no Estado da Bahia; (iii) aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação da produção de margarinas domésticas e ampliação da câmara fria da fábrica de margarinas; (iv) montagem de silos em aço na unidade de moagem de trigo localizada na Paraíba; (v) ampliação do pátio industrial da unidade industrial localizada em São Paulo, no município de São Caetano do Sul; (vi) montagem de linha de mistura para bolo na unidade industrial localizada na Bahia; (vii) projeto de automação e aumento de eficiência na etapa de laminação da indústria e montagem de linha de massas localizada em Maracanaú-CE; (viii) aquisição de veículos para distribuição e entrega de produtos; e (ix) aquisição de máquinas e equipamentos para linha de macarrão instantâneo na unidade localizada em Jaboatão dos Guararapes-PE.

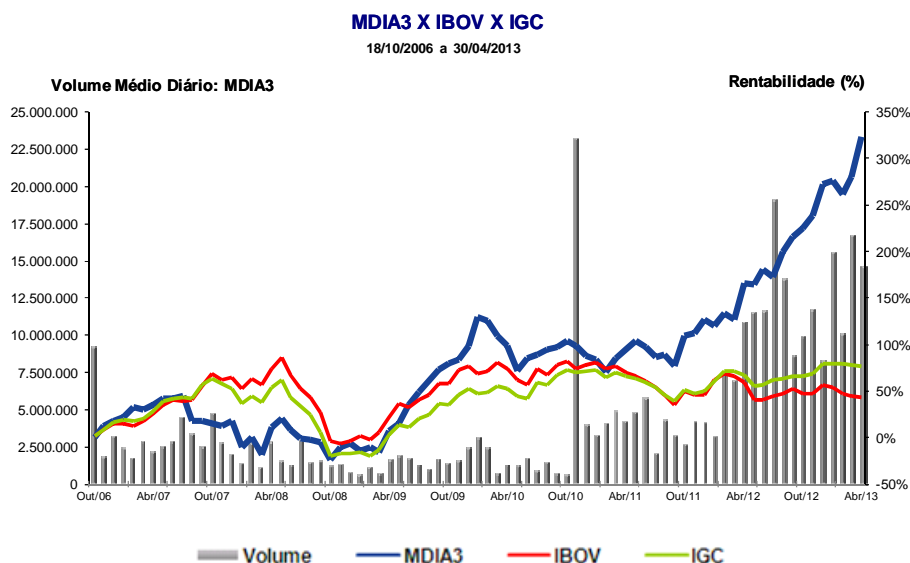
Ao longo de 2013, o Grupo deverá prosseguir com esse processo de expansão de capacidade, com previsão de investimentos para construção de duas unidades de moagem, sendo uma no Nordeste e outra no Sul do país, além de expansões em linhas de produção de biscoitos e massas para atendimento da demanda, e instalações de linhas de mistura para bolos e torradas.

Durante os **três primeiros meses de 2013** foram investidos **R\$ 0,9 milhão** em **Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos**.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. – Vitarella; Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.; M. Dias Branco International Trading LLC; M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. e M. Dias Branco Argentina S.A.. As movimentações desses investimentos estão relacionadas nas Notas Explicativas das Informações financeiras intermediárias.

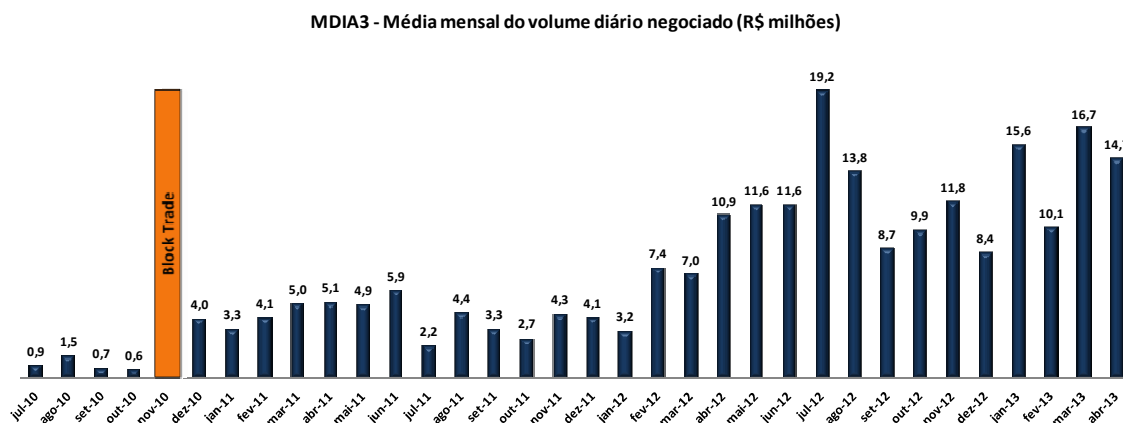
MERCADO DE CAPITAIS

O desempenho das ações da Companhia entre o período de 18 de outubro de 2006 (*IPO*) a 30 de abril de 2013 é demonstrado no gráfico abaixo. Em 30 de abril de 2013, as ações **MDIA3** estavam cotadas em **R\$ 89,00**, representando um **valor de mercado de R\$ 10,1 bilhões**. A **média do volume diário** negociado no 1T13 foi de **R\$ 14,3 milhões**. O Ibovespa fechou aos 55.910 pontos e o IGC em 7.888 pontos em 30 de abril de 2013.



Comentário do Desempenho

Vale ressaltar a elevação do volume médio diário negociado de MDIA3 após a operação de *Block Trade* realizada em novembro de 2010. Considerando o período de quatro meses anteriores e vinte e nove meses posteriores a novembro de 2010, constatamos que a média mensal do volume diário negociado evoluiu de R\$ 0,9 milhão para R\$ 8,1 milhões, registrando um crescimento de 771,9%, conforme apresentado no gráfico a seguir.



Obs.: O volume médio diário negociado em novembro de 2010 foi R\$ 23,2 milhões

Evolução de Preços, Liquidez e Performance da Ação	1T13	1T12
MDIA3		
Cotações - R\$*	79,75	47,80
Volume Médio Diário Negociado (R\$ Milhões)	14,3	5,8
Performance nos respectivos períodos		
MDIA3	2,17%	0,21%
Ibovespa	-7,55%	13,67%
IGC	-0,26%	13,97%

*Preço de fechamento no final do período

AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente da Companhia é Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., que foi contratada para auditar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e revisão das informações intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2013, e não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no segmento Novo Mercado (MDIA3). Iniciou suas atividades em 1951, sua sede está situada na Rodovia BR 116 KM 18 s/n, Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha de trigo, atuando, também, na fabricação, na comercialização e na distribuição de margarinas e gorduras vegetais e bolos e snacks. O processo de produção utilizado pela Companhia é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas: farinha de trigo e gordura vegetal, além de três de seus moinhos de trigo estarem fisicamente integrados às fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção de biscoitos e massas.

O sistema de comercialização e distribuição adotado pela Companhia é formado por uma combinação de canais diretos — em que os clientes são atendidos por força de venda própria — e canais indiretos — as vendas são realizadas com a intermediação de atacadistas e distribuidores.

A Companhia, ao longo dos últimos anos, adquiriu várias empresas e muitas delas já passaram por processo de incorporação, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3. Assim, atualmente, a Companhia possui doze unidades de produção, das quais oito estão situadas na Região Nordeste do Brasil (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia) e quatro estão localizadas na Região Sul e Sudeste (São Paulo e Rio Grande do Sul), e nestas unidades operam quatro moinhos de trigo, oito fábricas de massas alimentícias, seis fábricas de biscoitos e uma fábrica de gorduras e margarinas vegetais. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia possui 25 centros de distribuição destinados a armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, os quais estão localizados nos seguintes Estados: Ceará, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pará, Amazonas, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A atuação nacional da Companhia é também promovida mediante operação integrada com a estrutura de produção, comercialização e distribuição da controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (“Vitarella”), adquirida em 7 de abril de 2008, e que hoje conta com participação de 99,9996% no capital total. A Vitarella, após incorporação NPAP Alimentos S.A. mencionada na Nota Explicativa nº 3, possui duas unidades de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funcionam duas fábricas de biscoitos e duas fábricas de massas alimentícias. Em operação integrada, a Vitarella possui seis centros de distribuição destinados a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situados nos Estados de Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A Companhia detém, entre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso, Pilar, Estrela, Pelaggio, Salsito, Predilieto e Bonsabor.

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia abrangem suas controladas e controlada em conjunto, e as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

Notas Explicativas

2 Combinação de negócios

Baseada na estratégia de continuar o processo de consolidação do setor e agregar valor pelo ganho de eficiência nas unidades moageiras e na fábrica de gorduras vegetais da Companhia, em 25 de maio de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social do Moinho Santa Lúcia Ltda.

A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 90.000, sendo (i) R\$ 45.000 pagos à vista, (ii) R\$ 27.000 em 5 (cinco) parcelas de R\$ 5.400 com vencimento em 25/05/2013, 25/05/2014, 25/05/2015, 25/05/2016 e 25/05/2017, as quais deverão ser pagas acrescidas do valor equivalente à aplicação da taxa do CDI sobre o valor da parcela, desde a data de aquisição até a data do efetivo pagamento, (iii) o saldo remanescente, no valor de até R\$ 18.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida.

A referida empresa atua sob o nome de fantasia “MOINHO SANTA LÚCIA”, na atividade de moagem de trigo e fabricação de seus derivados, além da industrialização e comercialização de biscoitos e massas alimentícias em geral. A empresa iniciou suas atividades em 1999 e atualmente suas principais marcas são “PREDILLETTO” e “BONSABOR”. De acordo com dados da Ac Nielsen referentes a março e abril de 2012, o MOINHO SANTA LÚCIA detém 0,2% do mercado de biscoitos e 0,5% do mercado de massas do Nordeste, respectivamente. Estas informações não foram examinadas por auditores independentes.

Assim como nos demais processos de aquisição, essa operação também está inserida na estratégia da Companhia de participar do processo de consolidação do setor, fortalecendo sua posição competitiva, além de agregar valor pelo ganho de eficiência operacional.

Em dezembro de 2012 foi concluído o trabalho de emissão do laudo de avaliação do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, à data de aquisição. Com base no laudo e considerando a incorporação da controlada, a Companhia alocou o preço de aquisição da seguinte forma:

	Moinho Santa Lúcia
Valor justo dos ativos e passivos	30.329
Marca	11.530
Ágio na aquisição	41.633
Preço de aquisição ajustado	<u>83.492</u>
Preço de aquisição conforme contrato	90.000
Ajuste do preço de aquisição ⁽¹⁾	<u>(6.508)</u>
Preço de aquisição ajustado	83.492

Nota: ⁽¹⁾ conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas, o preço de aquisição poderia ser ajustado para mais ou para menos, conforme capital circulante líquido apresentado no balanço de fechamento da operação.

Os ativos intangíveis identificados foram a “Marca” e “Força de Trabalho”. No caso do ativo intangível “Força de Trabalho”, embora estimado no processo de análise no valor de R\$1.206, não pode ser reconhecido como um ativo separado do ágio da transação. Assim, o valor do ágio que representa expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 41.633.

Em virtude do processo de incorporação não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a parcela do ágio atribuída a mais valia de ativos e ativo intangível “marca”, tendo em vista que a partir desse evento, tais parcelas passaram a integrar o custo do bem para efeito de apuração de ganho ou perda de capital e de depreciação, ou seja, passaram a ser dedutíveis para fins fiscais, inexistindo diferença temporária para cálculo de impostos.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição estão assim demonstrados:

Notas Explicativas

	Acervo líquido adquirido em 25.05.12	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.669	-	4.669
Contas a receber	8.415	-	8.415
Estoques	7.007	-	7.007
Outros créditos	<u>3.277</u>	-	<u>3.277</u>
Total do ativo circulante	<u>23.368</u>	-	<u>23.368</u>
Ativo não circulante			
Ativo realizável a longo prazo	292	-	292
Imobilizado	29.384	29.516 (a)	58.900
Intangível	<u>6</u>	<u>53.163 (b)</u>	<u>53.169</u>
Total do ativo não circulante	<u>29.682</u>	<u>82.679</u>	<u>112.361</u>
Total do ativo	<u>53.050</u>	<u>82.679</u>	<u>135.729</u>
	Acervo líquido adquirido em 25.05.12	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Passivo circulante			
Fornecedores	4.039	-	4.039
Financiamentos e empréstimos	19.950	-	19.950
Obrigações sociais/trabalhistas e impostos e contribuições	5.203	-	5.203
Subvenções governamentais	291	-	291
Adiantamento de clientes	<u>650</u>	-	<u>650</u>
Total do passivo circulante	<u>30.133</u>	-	<u>30.133</u>
Passivo não circulante			
Financiamentos e empréstimos	21.385	-	21.385
Outros débitos	<u>719</u>	-	<u>719</u>
Total do passivo não circulante	<u>22.104</u>	-	<u>22.104</u>
Patrimônio líquido	<u>813</u>	<u>82.679 (c)</u>	<u>83.492</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>53.050</u>	<u>82.679</u>	<u>135.729</u>

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens do ativo imobilizado e será realizado pela vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação.
- (b) Refere-se ao valor do ativo Marca “Predilieto e Bonsabor” e ágio pago por rentabilidade futura, no montante de R\$11.530 e R\$41.633, respectivamente.
- (c) Refere-se a contrapartida dos ajustes (a) e (b) no patrimônio líquido.

A parcela do ágio que é dedutível para fins fiscais é R\$41.633 e está representada pelo valor pago por expectativa de rentabilidade futura, pautada em benefícios futuros proporcionados pelo aumento da verticalização do Grupo, assim como no caso da Pilar e Estrela.

Caso a combinação de negócio tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2012, a Administração estima que a receita líquida consolidada no primeiro trimestre de 2012 teria sido de R\$ 831.660, enquanto que o lucro líquido teria sido de R\$ 114.759. Esses valores estimados foram determinados a partir da demonstração de resultado histórica da empresa adquirida, sem refletir efeitos baseados em estimativas e julgamentos sobre como as práticas e decisões operacionais

Notas Explicativas

da administração poderiam ou não ter afetado as demonstrações contábeis históricas em decorrência da transação. Assim, essas estimativas não contemplam todos os efeitos decorrentes da combinação de negócios e não devem ser lidas como uma projeção ou indicação dos resultados futuros da empresa. Estas informações estimadas em relação à empresa adquirida não foram auditadas por auditores independentes antes da combinação de negócios.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com advogados e auditores e foram incluídas na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas.

A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 12 de setembro de 2012 e foi ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76, após aprovação daquele órgão.

3 Reorganizações Societárias

Em 30 de março de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda., pela Companhia, empresa adquirida em 22 de setembro de 2003. Na mesma data também foi aprovada a incorporação na NPAP Alimentos S.A., pela controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda..

Em 30 de abril e em 30 de junho de 2012, foram aprovadas, respectivamente, a incorporação da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e Pelágio Participações S.A. pela Pelágio Oliveira S.A., que por sua vez também foi incorporada pela Companhia em 31 de agosto de 2012.

Em 28 de dezembro de 2012, foi aprovada a incorporação do Moinho Santa Lúcia Ltda.

Os acervos líquidos incorporados pela Companhia e suas controladas estão assim representados:

	Moinho Santa Lúcia Ltda.	Pelágio Oliveira S.A.	Pelágio Participações S.A.	J. Brandão Comércio e Indústria Ltda.	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	NPAP Alimentos S.A.
Ativo circulante	25.157	69.565	-	10.629	147.122	28.280
Ativo não circulante	28.596	104.413	4.546	8.088	176.536	36.512
Total do ativo	<u>53.753</u>	<u>173.978</u>	<u>4.546</u>	<u>18.717</u>	<u>323.658</u>	<u>64.792</u>
Passivo circulante	24.299	56.596	-	1.827	70.488	9.588
Passivo não circulante	19.081	100.049	-	1.859	43.828	3.762
Total do passivo	<u>43.380</u>	<u>156.645</u>	<u>≡</u>	<u>3.686</u>	<u>114.316</u>	<u>13.350</u>
Acervo líquido incorporado	<u>10.373</u>	<u>17.333</u>	<u>4.546</u>	<u>15.031</u>	<u>209.342</u>	<u>51.442</u>

Tais reorganizações societárias tiveram por objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia, bem como ganhos de sinergias pela redução de custos operacionais, promovidos pelo compartilhamento de estruturas, sobretudo administrativas.

Por se tratarem de controladas integrais, as incorporações realizadas não produzem qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, no resultado ou composição societária da Companhia.

Notas Explicativas

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, elaboradas de acordo com o BR GAAP apresentam práticas contábeis que diferem das IFRS aplicáveis para informações financeiras intermediárias separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto (joint venture) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Além disso, a Companhia e a controlada Vitarella optaram pela manutenção do ativo diferido nas informações financeiras intermediárias individuais, conforme facultado pelos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40. No caso da Companhia, a amortização do ativo diferido foi concluída em 30 de junho de 2012, mas na controlada Vitarella ainda continua sendo amortizado. Dessa forma, há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia (controladora) em suas informações financeiras intermediárias individuais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Lucro líquido</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Controladora	107.890	105.559
Amortização do ativo diferido	-	1.257
Impostos diferidos	-	(427)
Complemento de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	<u>123</u>	<u>115</u>
Amortização do ativo diferido	186	175
Impostos diferidos	<u>(63)</u>	<u>(60)</u>
Consolidado	<u>108.013</u>	<u>106.504</u>
⁽¹⁾ Efeito da baixa do ativo diferido nas controladas.		
	<u>Patrimônio líquido</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Controladora	2.518.768	2.410.880
Efeito da baixa do saldo do ativo diferido	(210)	(397)
Imposto de Renda Diferido	<u>71</u>	<u>135</u>
Consolidado	<u>2.518.629</u>	<u>2.410.618</u>

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2013.

A autorização para conclusão dessas informações financeiras intermediárias foi dada pela diretoria em reunião realizada em 26 de abril de 2013.

Notas Explicativas

b. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em conformidade com as IFRS e os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, provisão para contingências, e mensuração de instrumentos financeiros.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

a. Consolidação

i. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas

Notas Explicativas

somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

ii. Controladas em conjunto

Controladas em conjunto são as entidades onde, contratualmente, o controle do negócio é compartilhado, quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Nos casos em que o controle é em conjunto, a consolidação das informações financeiras é feita com base no método da equivalência patrimonial, conforme requerido pelo IFRS 11, assim, nesse caso, não é realizada a consolidação proporcional de resultado e de ativos líquidos, e os saldos ou resultados de transações entre a controladora e as controladas em conjunto não são eliminados.

iii. Empresas incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas:

	Porcentagem de participação			
	31/03/13		31/12/12	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M.Dias Branco International Trading LLC (a)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (a)	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. (b)	100,00	-	100,00	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	99,9996	-	99,9996	-

(a) Investimentos em controlada direta no exterior.

(b) Investimentos em controlada indireta no exterior em fase pré-operacional.

Características principais das controladas

M. Dias Branco International Trading LLC

A M. Dias Branco International Trading LLC, sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.

A M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente, o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco Argentina S.A.

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, Argentina, com os objetivos principais de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Criada com o intuito de reduzir o custo da Companhia com a compra do trigo em grão e da farinha de trigo, a mencionada sociedade até o momento não iniciou suas atividades.

Notas Explicativas

Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.

A controlada Indústria de Alimentos Bomgosto tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas. As demais características dessa entidade já foram mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

b. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, que representa o momento em que o controle é transferido para o Grupo. Os ativos e passivos adquiridos numa combinação de negócios são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- o valor justo da contraprestação transferida; mais
- o montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação na adquirida antes da aquisição; menos
- o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais o Grupo incorre em relação a uma combinação de negócios, serão reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

c. Conversão de saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Notas Explicativas

ii. *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As variações cambiais de investimentos no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

d. *Instrumentos financeiros*

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa. O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados:

- (i) Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e quando o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo.
- (ii) Investimentos mantidos até o vencimento: quando o Grupo tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderá resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedirá o Grupo de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o período corrente e os próximos dois exercícios financeiros.
- (iii) Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixas, clientes e outros créditos.

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

- (iv) Ativos financeiros disponíveis para a venda: quando o Grupo destina como tal ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há um direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo no encerramento do período.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamentos de insumos (trigo e óleo). Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Tais derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas Explicativas

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Investimentos em controladas e controlada em conjunto

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Controladora, os investimentos em controladas e controlada em conjunto, conforme referido no IFRS 11, que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Nas informações financeiras intermediárias consolidadas, os investimentos em controlada em conjunto, conforme referido no IFRS 11, são avaliados por equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável.

g. Ativo imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 — Imobilizado — e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As benfeitorias realizadas em terrenos arrendados são amortizadas pelo prazo do contrato. Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou sua venda. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva.

Notas Explicativas

h. Ativos intangíveis

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis do Grupo compreendem:

- (i) Os ativos intangíveis com vida útil definida – *softwares que* são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível, cujo registro é feito na demonstração do resultado do período, na rubrica “Depreciações e amortizações”.
- (ii) Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócios que correspondem a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e marca. Tais ativos têm vida útil indefinida, não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado anualmente. O custo desses ativos corresponde ao valor justo na data da aquisição, e após o reconhecimento inicial, esses ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos das perdas acumuladas de valor recuperável.

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas informações financeiras intermediárias consolidadas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i. Redução ao valor recuperável

- (i) Ativos financeiros

Na data de cada demonstração financeira, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto.

Notas Explicativas

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

(ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou sempre que houver uma indicação de desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por

Notas Explicativas

desvalorização do valor contábil.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a unidade geradora de caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a ela (ou grupo de unidade geradora de caixa), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta unidade geradora de caixa (ou grupo de unidade geradora de caixa) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável e relevante os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

k. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando o Grupo espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

l. Benefícios a empregados

O Grupo concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo.

m. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

n. Pagamentos de arrendamentos

No começo de um contrato, o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. O contrato pode ser classificado como arrendamento financeiro ou operacional.

O Grupo possui exclusivamente contratos de arrendamento operacional, cujos pagamentos efetuados são reconhecidos como despesas na demonstração de resultado em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento. Os principais contratos de arrendamento operacional estão descritos na nota explicativa nº 32.

o. Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que em geral ocorre na sua entrega, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

q. Impostos

Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são reconhecidos na demonstração do resultado do período, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em que

Notas Explicativas

os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O Grupo é beneficiário de incentivos fiscais do imposto de renda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº - 22 Subvenções governamentais.

i. Correntes

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data do final do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

ii. Diferidos

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todas as diferenças temporárias e de créditos fiscais não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal.

Os montantes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos se relacionam com o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 20.

Conforme dispunha o artigo 15 da MP nº 449/08 (atual art. 15 da Lei nº 11.941/09), o Grupo optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de forma a garantir, na determinação dos valores efetivamente devidos desses tributos, a neutralidade quanto a eventuais efeitos tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não

Notas Explicativas

forem recuperáveis. Nessa hipótese, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é considerado como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

r. Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

s. Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais, bolos e snacks. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Dessa forma, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

t. Ajuste a valor presente

O Grupo não mantém saldo em aberto de direitos nem obrigações de longo prazo que requer o registro do ajuste a valor presente. No entanto, tem como prática avaliar os saldos de direitos e obrigações de curto prazo, em especial clientes e fornecedores, no sentido de evidenciar efeitos de caráter relevante no ajuste a valor presente.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflète o prazo, a moeda e o risco da transação que em geral está baseada na taxa CDI. Quando relevante, a contrapartida dos ajustes a valor presente de clientes é contabilizada contra a receita bruta no resultado, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. No caso de ajuste a valor presente de fornecedores, a contrapartida é contabilizada contra o custo dos

Notas Explicativas

produtos vendidos, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é considerada despesa financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

u. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

v. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Apresentamos a seguir as normas emitidas que ainda não entraram em vigor para o período findo em 31 de março de 2013, que segundo avaliação do Grupo poderá produzir impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9 encerra a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39. Nessa primeira fase, a norma utiliza uma abordagem para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo, baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais.

A adoção da primeira fase da IFRS 9 poderá trazer efeitos sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros do Grupo, mas os efeitos serão quantificados em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente ao IFRS acima citado, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

6 Mudança de prática contábil

6.1 Adoção ao CPC 19 - Negócios em conjunto (IFRS 11)

Em novembro de 2012, foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 19 - Negócios em conjunto - IFRS 11, que substituiu o IAS 31, Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC-13, Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores - o qual eliminou a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Assim, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto devem ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

Esta norma entrou em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

Com a aplicação do IFRS 11, o investimento na Tegrán – Terminal de Grão de Fortaleza Ltda. classificada como *joint venture*, está apresentado nas informações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

consolidadas da Companhia como Investimento em Controladas em Conjunto no Ativo Não Circulante e como Resultado da Equivalência Patrimonial nas Demonstrações de Resultado, nos Fluxos de Caixa e Valor adicionado, relativas a 31 de março de 2013 e os períodos comparativos foram ajustados e estão adequados para refletir os efeitos da adoção dessa norma.

6.2 Reconciliação das informações financeiras do exercício de 2012

A aplicação desta norma não impactou as informações financeiras intermediárias individuais, e causou um efeito imaterial nas informações financeiras intermediárias consolidadas, como pode ser observado nos quadros a seguir.

6.2.1 Reconciliação do balanço patrimonial consolidado em 01 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012

Balanco Patrimonial	01/01/2012			31/12/2012		
	Apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Ajustado	Apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Ajustado
Ativo circulante						
Caixa e equivalente de caixa	95.323	(374)	94.949	143.004	(67)	142.937
Contas a receber	352.686	(126)	352.560	412.513	(64)	412.449
Estoques	307.956	(24)	307.932	441.717	(24)	441.693
Outros créditos	<u>84.687</u>	<u>(82)</u>	<u>84.605</u>	<u>116.473</u>	<u>(90)</u>	<u>116.383</u>
Total do ativo circulante	<u>840.652</u>	<u>(606)</u>	<u>840.046</u>	<u>1.113.707</u>	<u>(245)</u>	<u>1.113.462</u>
Ativo não circulante						
Ativo realizável a longo prazo	174.826	(23)	174.803	155.068	(22)	155.046
Investimentos	140	3.335	3.475	140	2.822	2.962
Imobilizado	1.181.315	(1.680)	1.179.635	1.334.474	(1.609)	1.332.865
Intangível	<u>861.223</u>	<u>-</u>	<u>861.223</u>	<u>823.503</u>	<u>-</u>	<u>823.503</u>
Total do ativo não circulante	<u>2.217.504</u>	<u>1.632</u>	<u>2.219.136</u>	<u>2.313.185</u>	<u>1.191</u>	<u>2.314.376</u>
Total do ativo	<u>3.058.156</u>	<u>1.026</u>	<u>3.059.182</u>	<u>3.426.892</u>	<u>946</u>	<u>3.427.838</u>
Passivo circulante						
Fornecedores	92.995	(20)	92.975	77.285	(21)	77.264
Financiamentos e empréstimos e debêntures	227.318	-	227.318	163.165	-	163.165
Obrigações sociais/trabalhistas	77.474	(154)	77.320	82.913	(199)	82.714
Impostos e contribuições/IR e CSLL a pagar	46.054	-	46.054	61.044	(11)	61.033
Outras contas a pagar	<u>115.949</u>	<u>1.200</u>	<u>117.149</u>	<u>112.558</u>	<u>1.177</u>	<u>113.735</u>
Total do passivo circulante	<u>559.790</u>	<u>1.026</u>	<u>560.816</u>	<u>496.965</u>	<u>946</u>	<u>497.911</u>
Passivo não circulante	<u>492.593</u>	<u>-</u>	<u>492.593</u>	<u>519.309</u>	<u>-</u>	<u>519.309</u>
Patrimônio líquido	<u>2.005.773</u>	<u>-</u>	<u>2.005.773</u>	<u>2.410.618</u>	<u>-</u>	<u>2.410.618</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.058.176</u>	<u>1.026</u>	<u>3.059.182</u>	<u>3.426.892</u>	<u>946</u>	<u>3.427.838</u>

Notas Explicativas*6.2.2 Reconciliação da demonstração do resultado consolidado em 31 de março de 2012*

Demonstração dos resultados	Apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Ajustado
Receita operacional líquida	811.140	=	811.140
Custo dos produtos vendidos	(508.974)	(125)	(509.099)
Subvenções para investimentos estaduais	<u>29.705</u>	=	<u>29.705</u>
Lucro Bruto	331.871	(125)	331.746
Despesas administrativas	(40.385)	117	(40.268)
Despesas tributárias	(4.452)	15	(4.437)
Outras despesas operacionais	(147.638)	=	(147.638)
Receitas financeiras	10.491	(5)	10.486
Despesas financeiras	(19.433)	1	(19.432)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(3)	(3)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(23.950)</u>	=	<u>(23.950)</u>
Lucro líquido do período	<u>106.504</u>	=	<u>106.504</u>

6.2.3 Reconciliação da demonstração do fluxo de caixa consolidado em 31 de março de 2012

Demonstração dos fluxos de caixa	Apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Ajustado
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	88.316	(514)	87.802
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(48.747)	-	(48.747)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos	<u>18.791</u>	=	<u>18.791</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	58.360	(514)	57.846
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	95.323	-	95.323
No final do período	<u>153.683</u>	<u>(514)</u>	<u>153.169</u>
Lucro líquido do período	<u>58.360</u>	<u>(514)</u>	<u>57.846</u>

6.2.4 Reconciliação da demonstração do valor adicionado consolidado em 31 de março de 2012

Demonstração do valor adicionado	Apresentado	Efeitos da adoção do CPC 19	Ajustado
Receitas	925.085	-	925.085
Insumos adquiridos de terceiros	(547.383)	(52)	(547.435)
Depreciação e amortização	(19.105)	44	(19.061)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(3)	(3)
Receitas financeiras	<u>10.491</u>	<u>(5)</u>	<u>10.486</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>369.088</u>	<u>(16)</u>	<u>369.072</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>369.088</u>	<u>(16)</u>	<u>369.072</u>
Pessoal e encargos	120.121	-	120.121
Impostos, taxas e contribuições	119.511	(15)	119.496
Remuneração de capitais de terceiros	22.952	(1)	22.951
Remuneração de capitais próprios	106.504	-	106.504

Notas Explicativas**7 Caixa e equivalentes a caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Caixa e bancos	17.585	18.148	23.422	23.559
Aplicações financeiras em renda fixa	288.678	88.889	329.689	119.378
	<u>306.263</u>	<u>107.037</u>	<u>353.111</u>	<u>142.937</u>

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário à rentabilidade média de 101,1% (100,08% em 31 de dezembro 2012) e estão destinadas à negociação imediata e disponíveis para utilização nas operações da Companhia. Ressaltamos que tais aplicações têm liquidez diária num prazo inferior a 90 dias da data da aplicação, independentemente de seu prazo de vencimento. Elas poderão ser resgatadas a partir do início da sua liquidez diária, a qualquer tempo, e sem perdas de seus rendimentos. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

8 Contas a receber de clientes*Composição dos saldos*

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Circulante:				
No país	322.399	313.852	439.520	430.553
No exterior	2.049	1.370	2.049	1.370
(-) Provisão para redução a valor recuperável	(15.251)	(13.085)	(21.317)	(19.474)
Total	<u>309.197</u>	<u>302.137</u>	<u>420.252</u>	<u>412.449</u>
(-) Partes relacionadas	(16.152)	(12.206)	-	-
Contas a receber	<u>293.045</u>	<u>289.931</u>	<u>420.252</u>	<u>412.449</u>

Composição

<i>Descrição</i>	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
A vencer	<u>277.862</u>	<u>265.598</u>	<u>368.955</u>	<u>360.818</u>
Vencidas	<u>46.586</u>	<u>49.624</u>	<u>72.614</u>	<u>71.105</u>
1 a 60 dias	27.445	30.965	45.648	44.470
61 a 120 dias	1.635	2.262	2.190	2.615
121 a 180 dias	1.739	1.608	2.241	2.119
181 a 360 dias	4.512	4.079	4.581	4.304
mais de 360 dias	11.255	10.710	17.954	17.597
Subtotal	<u>324.448</u>	<u>315.222</u>	<u>441.569</u>	<u>431.923</u>
(-) Provisão para redução a valor recuperável	(15.251)	(13.085)	(21.317)	(19.474)
Contas a receber	<u>309.197</u>	<u>302.137</u>	<u>420.252</u>	<u>412.449</u>

Notas Explicativas

A provisão para redução do valor recuperável é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação do Grupo, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

A movimentação da provisão para redução do valor recuperável está apresentada no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>5.646</u>	<u>15.779</u>
Constituição de provisão	8.802	11.852
Reversões / Baixas	(7.161)	(8.157)
Incorporações de controladas	5.798	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>13.085</u>	<u>19.474</u>
Constituição de provisão	3.738	3.916
Reversões/ Baixas	(1.572)	(2.073)
Saldos em 31 de março de 2013	<u>15.251</u>	<u>21.317</u>

As contas classificadas no ativo circulante foram trazidas a valor presente em 31 de março de 2013 com base na taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário futuro, correspondente a 7,12% a.a. Contudo, tal avaliação, assim como a realizada em 31 de dezembro de 2012, não apresentou diferenças significativas, diante do curto prazo médio de recebimento de 40 dias (42 dias aproximadamente para 31 de dezembro de 2012) da maioria dos créditos do Grupo. Por essa razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

9 Estoques

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Produtos acabados	70.310	57.124	85.395	74.838
Produtos em elaboração	17.362	18.356	17.362	18.356
Matérias-primas	171.657	199.534	194.954	235.291
Materiais de embalagens e almoxarifado	56.525	57.691	73.217	77.077
Materiais auxiliares e de manutenção	12.134	10.215	12.373	10.521
Importações em andamento	21.482	25.610	21.482	25.610
	<u>349.470</u>	<u>368.530</u>	<u>404.783</u>	<u>441.693</u>

A Companhia e suas controladas têm como política de avaliação da obsolescência de estoques o controle de data de validade dos itens e a análise daqueles sem movimentação há mais de 180 dias.

No processo de avaliação realizado durante o período findo em 31 de março de 2013 não foi identificado valores que refletissem perdas materiais, assim como aconteceu no exercício anterior.

Notas Explicativas**10 Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
ICMS (i)	126.449	118.055	141.732	133.401
Imposto de renda e contribuição social (ii)	10.423	23.822	13.340	26.702
PIS e COFINS (iii)	437	431	1.370	1.378
Outros	6.120	5.477	6.177	5.526
Total	143.429	147.785	162.619	167.007
Circulante	(62.526)	(70.084)	(76.636)	(84.142)
Não circulante	80.903	77.701	85.983	82.865

Os impostos a recuperar têm a seguinte origem: (i) ICMS: trata-se substancialmente de (a) créditos de aquisição de ativo imobilizado e (b) créditos sobre vendas para Estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ n^{os} 46/00 e 50/05, e para Zona Franca de Manaus, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, entre outros; (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), decorrente, principalmente, da exclusão nas bases de cálculos dos tributos, dos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas; e (iii) PIS e COFINS, crédito decorrente de pagamento a maior e sobre aquisição de insumos.

11 Investimentos**a. Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Participações em companhias controladas e controlada em conjunto	1.007.584	992.038	2.809	2.822
Adiantamento para subscrição de capital	34.200	-	-	-
Subtotal dos investimentos em controladas e controlada em conjunto	1.041.784	992.038	2.809	2.822
Outros	127	127	140	140
	1.041.911	992.165	2.949	2.962

Notas Explicativas**b. Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto**

	M.Dias Argentina S.A.	Tergran- Terminal de Grão de Fortaleza Ltda.	M.Dias Branco International Trading LLC	Adria Alimentos do Brasil Ltda. ⁽²⁾	Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda	Pelágio Participações S.A. ⁽²⁾	J.Brandão Comércio e Indústria Ltda. ⁽²⁾	Moinho Santa Lúcia Ltda. ⁽²⁾	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>5</u>	<u>3.335</u>	<u>156</u>	<u>207.652</u>	<u>875.783</u>	<u>212.173</u>	<u>35.163</u>	-	<u>1.334.267</u>
Equivalência patrimonial ⁽¹⁾	-	(254)	(20)	1.690	85.308	(4.229)	1.542	(8.389)	75.648
Variação cambial	(1)	-	(16)	-	-	-	-	-	(17)
Aquisição (Nota 2c)	-	-	-	-	-	-	-	90.000	90.000
Aumento de capital	-	-	-	-	28.000	-	-	17.950	45.950
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	61.918	732	-	62.650
Acervo Patrimonial -Adria	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Baixa-Incorporação	-	-	-	(209.342)	-	(269.862)	(37.437)	(99.561)	(616.202)
Distribuição de lucros	=	<u>(259)</u>	=	=	=	=	=	=	<u>(259)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>5</u>	<u>2.822</u>	<u>120</u>	=	<u>989.091</u>	=	=	=	<u>992.038</u>
Equivalência patrimonial	-	(13)	-	-	15.561	-	-	-	15.548
Variação cambial	-	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	34.200	-	-	-	34.200
Saldos em 31 de março de 2013	<u>5</u>	<u>2.809</u>	<u>118</u>	=	<u>1.038.852</u>	=	=	=	<u>1.041.784</u>

Nota: ⁽¹⁾ A equivalência patrimonial registrada no exercício de 2012 totalizou R\$ 75.857, do qual R\$75.648 refere-se à participação de investimentos em controladas e R\$ 209 refere-se à amortização de lucros não realizados em operações com controlada. ⁽²⁾ As referidas controladas foram incorporadas no ano de 2012.

Notas Explicativas**12 Imobilizado*****Movimentação do imobilizado - Custo (Controladora)***

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	321.717	566.517	26.296	34.700	86.490	104.759	1.140.479
Incorporações	86.451	297.049	14.108	16.565	12.536	65.495	492.204
Valor Justo	9.465	9.782	106	646	514	9.003	29.516
Adições	595	2.470	948	717	198	61.895	66.823
Baixas	-	(1.329)	(122)	(367)	(14)	(1.315)	(3.147)
Transferências	<u>6.170</u>	<u>50.830</u>	<u>1.889</u>	<u>(515)</u>	<u>(2.175)</u>	<u>(56.199)</u>	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	424.398	925.319	43.225	51.746	97.549	183.638	1.725.875
Adições	6	2.165	166	21	17	52.049	54.424
Baixas	-	(4.848)	(25)	-	(5)	(2.952)	(7.830)
Transferências	<u>684</u>	<u>15.136</u>	<u>146</u>	<u>3</u>	<u>804</u>	<u>(16.773)</u>	-
Saldo em 31 de março de 2013	425.088	937.772	43.512	51.770	98.365	215.962	1.772.469

Movimentação do imobilizado - Depreciação (Controladora)

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(95.147)	(335.592)	(16.839)	(30.281)	(47.488)	(24.350)	(549.697)
Incorporações	(20.799)	(144.544)	(6.281)	(11.907)	(5.717)	(4.530)	(193.778)
Depreciação/Amortização	(10.921)	(32.276)	(2.893)	(1.583)	(4.543)	(1.770)	(53.986)
Baixas	-	1.207	81	101	12	931	2.332
Transferências	<u>(1949)</u>	<u>(255)</u>	<u>(243)</u>	<u>79</u>	<u>1.953</u>	<u>415</u>	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(128.816)	(511.460)	(26.175)	(43.591)	(55.783)	(29.304)	(795.129)
Depreciação/Amortização	(3.040)	(11.493)	(819)	(735)	(1.245)	(533)	(17.865)
Baixas	-	<u>340</u>	<u>18</u>	-	<u>3</u>	<u>161</u>	<u>522</u>
Saldo em 31 de março de 2013	(131.856)	(522.613)	(26.976)	(44.326)	(57.025)	(29.676)	(812.472)
Saldos Líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2012	295.582	413.859	17.050	8.155	41.766	154.334	930.746
Saldo em 31 de março de 2013	293.232	415.159	16.536	7.444	41.340	186.286	959.997

Notas Explicativas**Movimentação do imobilizado - Custo (Consolidado)**

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	444.136	881.969	40.098	45.760	128.731	349.697	1.890.391
Combinação de negócio (ii)	2.872	40.205	497	1.443	5.881	919	51.817
Diferença valor justo Pelágio (iii)	7.525	49.668	(169)	12	-	6.235	63.271
Diferença valor justo Moinho Santa Lúcia (iv)	9.465	9.783	106	646	514	9.002	29.516
Adições	522	3.534	1.015	717	254	106.287	112.329
Baixas	-	(1.811)	(175)	(512)	(138)	(1.754)	(4.390)
Transferências	<u>7.476</u>	<u>98.407</u>	<u>2.667</u>	<u>850</u>	<u>12.116</u>	<u>(121.516)</u>	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	471.996	1.081.755	44.039	48.916	147.358	348.870	2.142.934
Adições	6	2.265	166	49	17	68.209 ⁽ⁱ⁾	70.712
Baixas	-	(4.837)	(37)	(225)	(5)	(2.959)	(8.063)
Transferências	<u>683</u>	<u>15.136</u>	<u>241</u>	<u>2</u>	<u>792</u>	<u>(16.854)</u>	-
Saldo em 31 de março de 2013	472.685	1.094.319	44.409	48.742	148.162	397.266	2.205.583

Nota: ⁽ⁱ⁾ refere-se substancialmente às máquinas em montagem (R\$40.290), Obras em andamento (R\$8.780), Importações em andamento (R\$ 7.468), Adiantamento a fornecedores (R\$ 8.160) e Outros (R\$ 3.511); ⁽ⁱⁱ⁾ refere-se à aquisição do Moinho Santa Lúcia; ⁽ⁱⁱⁱ⁾ diferença entre o valor contábil e valor justo do bens apurada no processo de aquisição da Pelágio; ^(iv) diferença entre o valor contábil e valor justo do bens apurada no processo de aquisição do Moinho Santa Lúcia.

Movimentação do imobilizado - Depreciação (Consolidado)

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(111.251)	(456.124)	(23.628)	(35.747)	(54.430)	(29.576)	(710.756)
Combinação de negócio	(1.050)	(17.718)	(311)	(1.416)	(1.557)	(381)	(22.433)
Depreciação/Amortização	(15.591)	(47.961)	(4.129)	(2.194)	(7.589)	(3.785)	(81.249)
Baixas	257	1.424	210	233	19	2.226	4.369
Transferências	<u>(1.949)</u>	<u>(271)</u>	<u>(224)</u>	<u>79</u>	<u>1.953</u>	<u>412</u>	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(129.584)	(520.650)	(28.082)	(39.045)	(61.604)	(31.104)	(810.069)
Depreciação/Amortização	(4.037)	(14.602)	(976)	(833)	(2.086)	(953)	(23.487)
Baixas	-	341	18	225	3	163	750
Transferências	-	<u>(5)</u>	<u>5</u>	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2013	(133.621)	(534.916)	(29.035)	(39.653)	(63.687)	(31.894)	(832.806)
Saldos líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2012	342.412	561.105	15.957	9.871	85.754	317.766	1.332.865
Saldo em 31 de março de 2013	339.064	559.403	15.374	9.089	84.475	365.372	1.372.777

Notas Explicativas

As taxas de depreciação que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim demonstradas:

	Taxas de depreciação (a.a)	
	31/03/13	31/12/12
Máquinas e equipamentos	7,20%	7,42%
Instalações	7,60%	7,71%
Edificações	3,40%	3,21%
Benfeitorias	3,27%	3,36%
Veículos	9,27%	10,38%
Móveis e utensílios	10,06%	9,70%
Equipamentos de computação	20,12%	19,88%
Peças para reposição	20,00%	19,46%
Outros	15,09%	12,54%

A depreciação reconhecida no resultado consolidado em 31 de março de 2013 foi de R\$ 22.657 (R\$ 19.061 em 31 de março de 2012).

Em 31 de março de 2013, o valor dos bens dado em garantia em operações diversas representava o montante de R\$ 533.534 (R\$526.908 em 31 de dezembro de 2012) sem considerar depreciações acumuladas.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período findo em 31 de março de 2013 foi de R\$ 113 (R\$ 345 em 31 de dezembro de 2012). A taxa média utilizada para capitalização foi de 4,90% a.a. (5,21% em 31 de dezembro de 2012).

Anualmente, o ativo imobilizado do Grupo é submetido a análises de indicação de perda de seu valor recuperável. Após análise de fontes externas e internas de informação, em 31 de dezembro de 2012, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

13 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Marcas	109.136	109.079	249.961	249.904
(-) Amortização acumulada	<u>(19.033)</u>	<u>(19.033)</u>	<u>(19.033)</u>	<u>(19.033)</u>
	90.103	90.046	230.928	230.871
Software	20.848	20.429	21.395	20.994
(-) Amortização acumulada	<u>(9.572)</u>	<u>(9.245)</u>	<u>(10.045)</u>	<u>(9.728)</u>
	11.276	11.184	11.350	11.266
Ágio pago por rentabilidade futura	<u>152.715</u>	<u>152.715</u>	<u>581.366</u>	<u>581.366</u>
	<u>254.094</u>	<u>253.945</u>	<u>823.644</u>	<u>823.503</u>

O saldo de ágio pago sobre rentabilidade futura tem vida útil indefinida e está representado pelas seguintes transações: (i) ágio decorrente de acervo líquido de empresa Craiova Participações Ltda. incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002, no montante de R\$ 9.384; (ii) aquisição da Adria Alimentos do Brasil Ltda, no valor de R\$ 34.037; (iii) aquisição da Vitarella, no montante de R\$ 400.710; (iv) aquisição da Pilar, no montante de

Notas Explicativas

R\$ 27.941; (v) aquisição da Pelágio e J. Brandão, no montante de R\$ 67.661; e (vi) aquisição do Moinho Santa Lúcia, no montante de R\$ 41.633.

Desde janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, passando estes ativos a serem submetidos anualmente ao teste de recuperabilidade (impairment), conforme disposto no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os ativos marcas, software e ágio pago por rentabilidade futura apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora			Consolidado		
	Software (vida útil estimada- 5 anos)	Marcas (*)	Ágio na Aquisição de investimentos	Software (vida útil estimada- 5anos)	Marcas (*)	Ágio na Aquisição de investimentos
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.021</u>	<u>1.655</u>	=	<u>7.937</u>	<u>197.148</u>	<u>656.138</u>
Aquisições	5.134	350	-	5.221	400	-
Amortizações	(1.182)	-	-	(1.714)	-	-
Combinação de negócios – ajuste do período de mensuração da Estrela	-	-	-	(184)	21.793	(116.405)
Incorporação de controladas	2.211	88.041	152.715	=	=	=
Combinação de negócios	=	=	=	<u>6</u>	<u>11.530</u>	<u>41.633</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>11.184</u>	<u>90.046</u>	<u>152.715</u>	<u>11.266</u>	<u>230.871</u>	<u>581.366</u>
Aquisições	418	57	-	418	57	-
Amortizações	(326)	=	=	(334)	=	=
Saldo em 31 de março de 2013 (*) vida útil indefinida	<u>11.276</u>	<u>90.103</u>	<u>152.715</u>	<u>11.350</u>	<u>230.928</u>	<u>581.366</u>

No caso das marcas e patentes, o valor está substancialmente representado pela marca Vitarella, no valor de R\$ 107.011, marca Pilar, no valor de R\$ 33.815, marcas Estrela, Pelaggio e Salsito, no montante de R\$75.559 (R\$75.559 em 31 de dezembro de 2012) e as marcas Predilieto e Bonsabor, no valor de R\$ 11.530.

O Grupo não possui ágio gerado internamente, e registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 856 no período findo em 31 de março de 2013 (R\$ 925 em 31 de março de 2012).

Teste de valor recuperável do ágio e marca

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo aplicou teste de recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio e marca), baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado das unidades que lhes deram origem - Adria, Vitarella, Pilar, Pelágio e Moinho Santa Lúcia - tomando por base o conjunto de bens utilizados em suas operações.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de

Notas Explicativas

desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual do Grupo, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais:

- as receitas líquidas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual em torno de 10,0% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico do Grupo, e sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetado;
- os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 10,8% (11,3% em 2012). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,5% (4,5% em 2012).

Nesse processo de avaliação, o valor das empresas obtido nos testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

14 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo, profissionais-chave da administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. O acionista controlador é DIBRA Fundo de Investimentos em Participações.

A seguir apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação:

Partes Relacionadas	Principal natureza das transações
Controladas ⁽¹⁾	
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella)	Compra e venda de produtos industrializados;
Adria Alimentos do Brasil Ltda. ⁽²⁾	Compra e venda de produtos industrializados;
NPAP Alimentos S.A. ⁽²⁾	Compra e venda de produtos industrializados;
Pelágio Oliveira S.A. ⁽²⁾	Compra de produtos industrializados;
J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. ⁽²⁾	Compra de produtos industrializados;
Moinho Santa Lúcia Ltda. ⁽²⁾	Compra e venda de produtos industrializados;
M. Dias Branco Trading LLC	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Trading Uruguay	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Argentina S.A.	Compra de matéria-prima (pré-operacional);
Controlada em conjunto ⁽¹⁾	
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviço na descarga de trigo;

Notas Explicativas

Partes Relacionadas	Principal natureza das transações
Outras partes relacionadas	
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	Ressarcimento de despesas comuns;
Idibra Participações Ltda.	Prestação de serviço em construção civil;
Petroposto Com. de Derivados de Petróleo Ltda.	Compra de combustível;
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviço de hospedagem de funcionários e prestadores de serviço;
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas;
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	Prestação de serviço na descarga de trigo e venda de ativos imobilizados;
Porto Cotegipe Logística Ltda.	Não houve transações no período;
Rowena S.A.	Arrendamento de aeronave.

Notas: ⁽¹⁾ Percentual de participação consta na Nota Explicativa nº 5a; ⁽²⁾ Empresas incorporadas em 2012.

Há também as seguintes empresas que se enquadram como parte relacionada, contudo o Grupo não mantém transações: IWS Construções Ltda., IMC Intermediação e Administração de Negócios Ltda., Apodi Transporte e Locação Ltda., Companhia Industrial de Cimento Apodi e Hotel Praia Mar Ltda.

A controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é avalista em dois contratos firmados pela sociedade Terminal Portuário Cotegipe Ltda., antiga controlada, junto ao Banco do Nordeste do Brasil para financiamento das obras físicas e pela hipoteca do imóvel onde está instalada a unidade industrial no município de Salvador (BA). Nessa operação não foi cobrada nenhuma contraprestação pela concessão de aval, o contrato tem vencimento em junho de 2015 e o saldo em aberto em 31 de março de 2013 é de R\$10.000 (R\$11.112 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia não tem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade com qualquer desses contratos nos quais é avalista.

A Companhia é comodante em alguns contratos de comodato de bens móveis e imóveis com as partes relacionadas Dias Branco Administração Participações Ltda. e Idibra Participações Ltda.

A controlada Vitarella firmou contrato de prestação de serviço de empreitada com Idibra Participações Ltda. para execução de obras civis destinadas a ampliação de suas instalações. No primeiro trimestre de 2013 não houve pagamento de valores referente a tais serviços (R\$368 em 31 de dezembro de 2012).

No que tange à prestação de garantias, o Diretor Presidente da Companhia figura em grande parte dos contratos financeiros na posição de avalista.

Condições das transações com as principais partes relacionadas

As operações entre as partes relacionadas, conforme já mencionado, são realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação, onde os preços praticados podem variar conforme o tipo de produto que é vendido. No caso das transações realizadas com a controlada Vitarella a condição de venda é com prazo de pagamento de 20 dias após o faturamento. No caso das controladas M. Dias Branco International Trading LLC e M. Dias Branco International Trading Uruguay, fazem o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação. O pagamento a essas controladas é feito à vista, com recursos obtidos em financiamento no exterior, com prazo de 360 dias para pagamento.

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Ativo circulante				
Contas a receber				
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	16.152	12.206	-	-
	<u>16.152</u>	<u>12.206</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros créditos				
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	989	863	989	863
Indústria de Alimentos Bom gosto Ltda.	-	23	-	-
	<u>989</u>	<u>886</u>	<u>989</u>	<u>863</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	-	202	-	-
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.	1	4	1	4
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	19	-	19	-
LDB Transporte de Cargas Ltda.	673	617	673	617
	<u>693</u>	<u>823</u>	<u>693</u>	<u>621</u>
Outras contas a pagar				
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.200	1.200	1.200	1.200
	<u>1.200</u>	<u>1.200</u>	<u>1.200</u>	<u>1.200</u>
Passivo não-circulante				
Contas a pagar				
M.Dias Branco Trading LLC	3	3	-	-
	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Resultado				
Receita de venda de produtos				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	51.209	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	54.001	35.166	-	-
NPAP Alimentos S.A	-	1.958	-	-
Pelágio Oliveira S.A	-	14.743	-	-
J.Brandão Comércio e Indústria Ltda.	-	229	-	-
Moinho Santa Lúcia Ltda.	-	-	-	-
	<u>54.001</u>	<u>103.305</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo dos produtos vendidos				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	800	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	159	1.713	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	805	651	805	651
NPAP Alimentos S.A	-	1.541	-	-
Pelágio Oliveira S.A	-	703	-	-
J.Brandão Comércio e Indústria Ltda.	-	3.107	-	-
	<u>964</u>	<u>8.515</u>	<u>805</u>	<u>651</u>
Despesas de vendas				
Petroposto Coml. de Derivados de Petróleo Ltda.	774	790	774	790
LDB Transporte de Cargas Ltda.	4.159	5.425	4.159	5.425
	<u>4.933</u>	<u>6.215</u>	<u>4.933</u>	<u>6.215</u>
Despesas administrativas				
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	(2.071)	(1.354)	(2.071)	(1.354)
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	1.509	-	1.509	-
Rowena S.A.	1.108	1.002	1.108	1.002
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	9	97	9	97
	<u>555</u>	<u>(255)</u>	<u>555</u>	<u>(255)</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de março de 2013, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.563 (R\$ 2.642 em 31 de março de 2012); relativo à remuneração do pessoal-chave da administração a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla apenas a remuneração direta, tais como salários, pró-labore e gratificações.

A Companhia não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício que não seja de curto prazo, inclusive e especialmente, licença por anos de serviços e benefícios pós-emprego, tais como pensões e benefícios de aposentadoria.

Notas Explicativas**15 Financiamentos e empréstimos com Instituições Financeiras**

	Indexador	Juros (a.a.)	Data de vencimento	Controladora		Juros (a.a.)	Data de vencimento	Consolidado	
				31/03/13	31/12/12			31/03/13	31/12/12
Moeda nacional									
BNDES-FINAME	TJLP	2,56%(2,18% em 31.12.12)	15/09/2016	3.134	3.955	2,26%(2,18% em 31.12.12)	15/06/2018	4.893	6.179
BNDES-PSI	R\$	5,44%(5,65% em 31.12.12)	15/12/2022	84.332	86.983	5,35%(5,53% em 31.12.12)	15/12/2022	103.472	102.856
BNDES-PSI	URTJLP	5,73%(6,10% em 31.12.12)	15/11/2019	631	1.333	6,11%(6,10% em 31.12.12)	15/02/2021	1.252	1.333
BNB-FNE	-	10,00%	16/09/2018	60.047	63.887	10,00%	16/09/2018	95.813	102.168
MODERMAQ (Pós)	TJLP	0,94%	15/03/2013	-	102	0,94%	15/03/2013	-	102
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	278	330	2,49%	15/07/2014	278	330
BNDES Automático	Tx.Variável	2,49%	15/07/2014	135	162	2,49%	15/07/2014	135	162
				<u>148.557</u>	<u>156.752</u>			<u>205.843</u>	<u>213.130</u>
Moeda estrangeira									
Financiamentos de importação de insumos	USD	1,34%(1,37% em 31.12.12)	14/02/2014	165.492	42.074	1,37%(1,37% em 31.12.12)	14/02/2014	165.492	42.074
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	Libor* + 1,50%	30/10/2014	2.668	2.782	Libor* + 1,50%	30/10/2014	2.668	2.782
				<u>168.160</u>	<u>44.856</u>			<u>168.160</u>	<u>44.856</u>
				<u>316.717</u>	<u>201.608</u>			<u>374.003</u>	<u>257.986</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				<u>(200.134)</u>	<u>(76.559)</u>			<u>(216.052)</u>	<u>(91.753)</u>
Passivo não circulante				<u>116.583</u>	<u>125.049</u>			<u>157.951</u>	<u>166.233</u>

Os contratos do BNDES e FNE têm carência de 12 meses a 36 meses. Os juros são pagos trimestralmente durante o período de carência e após o período de carência, o vencimento passa a ser mensal, tanto para o valor principal quanto para os juros. Os financiamentos externos para capital de giro, importações de máquinas e equipamentos e financiamentos nacionais de insumos - EGF têm vencimentos semestrais de principal e juros. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros. Já os financiamentos de capital de giro em moeda nacional têm vencimentos mensais de juros e principal.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
2014	33.547	34.682	48.711	48.932
2015	26.189	29.120	40.986	45.495
2016	15.964	17.738	18.881	21.259
2017 a 2022	40.883	43.509	49.373	50.547
Total	<u>116.583</u>	<u>125.049</u>	<u>157.951</u>	<u>166.233</u>

Os financiamentos e empréstimos (consolidado) estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 374.003 (R\$ 257.986 em 31 de dezembro de 2012).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE e capital de giro contêm cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que caso não sejam atendidas, podem

Notas Explicativas

fazer com que algumas dessas operações tenham seus vencimentos antecipados.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois não poderá haver alteração ou modificação da composição do capital social nem incorporação, cisão ou fusão da mesma, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância da instituição financeira contratada; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia, teriam um efeito prejudicial sobre a condição financeira ou que prejudicariam sua capacidade de cumprir suas obrigações contratuais; (iii) bem como, a exigência de que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pela instituição financeira contratada e o FINAME. Atualmente, o Grupo não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

16 Financiamentos de impostos – PROVIN, PROADI e DESENVOLVE

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 22 - Subvenções governamentais. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos e estão baseados no ICMS devido apurado mensalmente.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro 2012, o saldo dos financiamentos apresentavam a seguinte composição:

	Data de vencimento	Controladora e Consolidado	
		31/03/13	31/12/12
Moeda nacional			
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROADI)	10/06/2013	19	40
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	28/02/2016	21.367	21.160
Financ. de Tributos Estaduais (DESENVOLVE)	20/03/2014	5.045	4.431
		<u>26.431</u>	<u>25.631</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante		<u>(13.881)</u>	<u>(13.898)</u>
Passivo não circulante		<u>12.550</u>	<u>11.733</u>

Os financiamentos de tributos PROADI têm vencimento trimestral e são atualizados pelo TR. Já o PROVIN, o prazo de vencimento é por triênio, enquanto o DESENVOLVE é anual. Esses dois últimos financiamentos são atualizados com base na TJLP.

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora	
	31/03/13	31/12/12
Ano de vencimento:		
2014	11.727	9.962
2015	788	1.771
2016	35	-
Total	<u>12.550</u>	<u>11.733</u>

Os financiamentos do PROVIN e PROADI estão garantidos por notas promissórias.

Notas Explicativas

17 Financiamentos diretos - Aquisições de empresas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Passivo circulante				
Ações da Vitarella	-	-	-	53.557
Ações da Pelágio/Quotas da J. Brandão	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>53.557</u>
Passivo não circulante				
Ações da Pilar	-	-	24.983	24.651
Ações da Pelágio/Quotas da J. Brandão	18.759	18.516	18.759	18.516
Quotas do Moinho Santa Lúcia	40.756	40.490	40.757	40.490
	<u>59.515</u>	<u>59.006</u>	<u>84.499</u>	<u>83.657</u>

O saldo de financiamentos diretos é decorrente da dívida contraída junto aos próprios vendedores para pagamento das quotas da Vitarella, J.Brandão, Moinho Santa Lúcia e das ações da Pelágio Participações S.A..

No caso da dívida de aquisição da Vitarella, o saldo existente em 31 de dezembro de 2012 foi negociado e quitado, sendo descontado a garantia das contingências exigidas em discussão judicial ou administrativa, e o restante pago integralmente no primeiro trimestre de 2013.

No que diz respeito à dívida contraída na aquisição da Pilar, o saldo existente em 31 de março de 2013 está representado por um montante de R\$ 24.983 atualizado pela taxa 100% do CDI que será pago em 26/04/2017. Esse montante se presta à garantia das contingências que por ventura venham a surgir decorrentes de fatos ocorridos até a data de aquisição.

Já a dívida contraída na aquisição da Pelágio e J. Brandão, o saldo existente em 31 de março de 2013 está representado por um montante de R\$18.759 a ser pago em 23/12/2017, a qual se presta à garantia das contingências, atualizado pela taxa 100% do CDI.

No caso da dívida contraída na aquisição do Moinho Santa Lúcia Ltda., o saldo existente em 31 de março de 2013, atualizado pela taxa 100% do CDI, está representado por (i) um montante de R\$ 21.653, que será liquidado em 4 parcelas, cujo a primeira vence em 25/05/2014, no valor de R\$4.460, e as demais no valor de R\$ 5.731, com vencimentos em 25/05/2015, 25/05/2016 e 25/05/2017; (ii) e por uma parcela retida do preço de aquisição, no montante de R\$ 19.104 a ser paga no prazo de 6 anos da data de aquisição, a qual se presta à garantia das contingências.

18 Debêntures

Em 30 de janeiro de 2012 foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de até R\$150 milhões, com prazo de vencimento de 36 meses, contados da data de emissão, com pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescidos de uma sobretaxa de 0,50% ao ano. Os custos de transação para a emissão de debêntures da Companhia totalizaram R\$ 427, e serão amortizados durante o prazo do contrato.

A data de repactuação das debêntures estava programada para 17 de fevereiro de 2013, contudo, em atenção ao disposto no item 4.15.1 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de

Notas Explicativas

Debêntures, a Administração optou por não repactuar as debêntures na referida data e propôs uma nova repactuação para o dia 17 de fevereiro de 2014, mantendo inalterada a atual remuneração das debêntures até a referida data de repactuação. Esta decisão foi comunicada à CETIP e ao Agente Fiduciário em 31 de janeiro de 2013. Após a data de realização da repactuação, irá vigorar a nova remuneração das debêntures até a data de vencimento.

A Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia contém cláusulas contratuais que restringem a autonomia da Companhia e antecipam o vencimento das debêntures. Dentre as cláusulas, merecem destaque as restrições quanto aos casos de: (i) alteração societária, que venha a resultar na mudança do controle acionário; (ii) liquidação, dissolução, incorporação, cisão, fusão ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia aprovação dos debenturistas, que representem 75% das debêntures em circulação; (iii) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária perante os titulares das debêntures; (iv) pedido de decretação de falência da Companhia não elidido no prazo legal e (v) inadimplemento de qualquer obrigação financeira perante a quaisquer terceiros ou protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor seja superior a R\$ 20 milhões. Atualmente, o Grupo não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

A Escritura também prevê as garantias concedidas aos debenturistas e ao agente fiduciário, obrigando-se a indenizá-los por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas diretamente incorridos e comprovados, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer de suas declarações prestadas nos termos do item 8.1 desta Escritura.

Em 31 de março de 2013, o valor das debêntures estava representado por um montante de R\$150.944 (R\$1.070 no curto prazo e R\$149.874 no longo prazo); já líquido do saldo a amortizar dos custos de transação no valor de R\$ 268 (R\$ 142 no curto prazo e R\$ 126 no longo prazo).

19 Provisão para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda. Em 31 de março de 2013, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 1,84% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 98,16% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária 64% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 36% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

As provisões registradas estão subdivididas em:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Trabalhistas e cíveis	34.776	32.006	38.280	33.920
Tributárias	4.233	4.233	11.822	11.464
Outros	1.517	1.517	1.517	1.517
	<u>40.526</u>	<u>37.756</u>	<u>51.619</u>	<u>46.901</u>

Movimentação dos processos no período

Controladora	<u>Cíveis e trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>12.717</u>	<u>18.180</u>	<u>1.517</u>	<u>32.414</u>
Adições	2.832	207	-	3.039
Baixas/reversões	(76)	(14.589)	-	(14.665)
Incorporações	16.533	435	-	16.968
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>32.006</u>	<u>4.233</u>	<u>1.517</u>	<u>37.756</u>
Adições	2.878	-	-	2.878
Baixas/reversões	(108)	-	-	(108)
Saldos em 31 de março de 2013	<u>34.776</u>	<u>4.233</u>	<u>1.517</u>	<u>40.526</u>
Consolidado	<u>Cíveis e trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>31.192</u>	<u>24.668</u>	<u>1.517</u>	<u>57.377</u>
Adições	3.510	1.385	-	4.895
Baixas /reversões	(782)	(14.589)	-	(15.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>33.920</u>	<u>11.464</u>	<u>1.517</u>	<u>46.901</u>
Adições	4.755	359	-	5.114
Baixas /reversões	(395)	(1)	-	(396)
Saldos em 31 de março de 2013	<u>38.280</u>	<u>11.822</u>	<u>1.517</u>	<u>51.619</u>

- **Natureza dos processos**

Cíveis e trabalhistas

O Grupo figura como réu em aproximadamente 559 processos judiciais de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 34.582 e R\$3.698, respectivamente. A maior parte das ações envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

Notas Explicativas

Tributárias

A provisão para contingências tributárias está composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
CPMF - Depósito judicial	10	10	10	10
IPI - Depósito judicial (a)	3.787	3.787	3.787	3.787
PIS - Depósito judicial (b)	-	-	1.354	1.290
COFINS - Depósito judicial(b)	-	-	6.235	5.941
Outros	436	436	436	436
	<u>4.233</u>	<u>4.233</u>	<u>11.822</u>	<u>11.464</u>

(a) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total da ação. O processo encontra-se em 2ª instância, na 6ª turma do TRF da 3ª região.

(b) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo encontra-se em 2ª instância, na 3ª turma do TRF da 5ª região, aguardando julgamento.

O Grupo não atualizou as provisões para contingências integralmente garantidas por depósitos judiciais os quais, da mesma forma, não são atualizados.

Adicionalmente às provisões constituídas, o Grupo possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no pólo passivo cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizando aproximadamente R\$336.325 (R\$ 327.548 em 31 de dezembro de 2012). Dentre os processos, merecem destaque os seguintes:

Autos de Infração do IRPJ e CSLL: a Receita Federal do Brasil lavrou 2 autos de infração referentes a exigência de IRPJ e CSLL pelas seguintes supostas irregularidades: (i) não inclusão das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará (PROVIN) e Rio Grande do Norte (PROADI) na base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (ii) não escrituração do ganho proveniente da referida subvenção no momento em que pagava o tributo (ICMS) sobre o qual o Estado concedente calcula e libera a subvenção para investimento; (iii) não computação de adição da CSLL ao lucro real; (iv) suposta majoração indevida do incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE; e (v) multa isolada. Os dois processos têm valor somado de, aproximadamente, R\$ 95.690, atualizados até 31 de março de 2013. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), os quais foram julgados procedentes, exceto em relação à suposta majoração de incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE, o que foi objeto de embargos de declaração ainda não apreciado, para suprir a omissão de não apreciação de ofício da SUDENE, juntado aos autos, que afirma a inexistência da majoração de incentivo alegada no auto de infração. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais nos dois processos apenas em respeito à não tributação pelo IRPJ e CSLL das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, os quais aguardam julgamento. A Companhia já apresentou suas contra-razões em ambos os recursos, bem como continua aguardando o julgamento dos embargos de declaração para, se for o caso, opor o competente recurso especial. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível, sobre a totalidade da autuação.

Notas Explicativas

Autos de Infração do PIS e COFINS: foram lavrados dois autos de Infração pela Receita Federal do Brasil visando a exigência de débitos relacionados às contribuições ao PIS e a COFINS relativas aos anos-calendários de 1999 a 2003, tendo em vista o cometimento de três supostas infrações quanto à incidência desses tributos sobre receitas alheias ao faturamento *stricto sensu*: (i) divergências entre os valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro supostamente errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não inclusão na base de cálculo dos valores escriturados de subvenções para investimento auferidas dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Essas três supostas infrações correspondem à aproximadamente 25% do valor total autuado. Em razão disso a Companhia, em sede de preliminar de seu recurso administrativo, requereu a nulidade dos respectivos autos por cerceamento do direito de defesa, vez que desconhece o fundamento para os outros 75% dos valores cobrados. O valor atualizado, até 31 de março de 2013, dos dois processos, é de, aproximadamente, R\$108.850. Importante ressaltar que os anos-calendários autuados coincidem totalmente, no caso da COFINS, e na maior parte, no caso do PIS, com o período onde a tributação pelo PIS e COFINS não poderia alcançar outras receitas senão o faturamento *stricto sensu*, face ao trânsito em julgado de decisão do STF, em favor da Companhia, que reconheceu a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS trazida pela Lei nº 9.718/98. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), sendo um deles – referente ao PIS - julgado parcialmente procedente, mantendo a exigência do PIS sobre as subvenções, mesmo o Acórdão reconhecendo estar provado nos autos se tratarem de subvenções para investimento e já existindo outras manifestações do mesmo tribunal administrativo reconhecendo a não incidência do PIS sobre tais subvenções. Atualmente, o referido processo encontra-se no CARF para apreciação do Recurso Especial interposto pela Companhia. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível sobre a totalidade da autuação.

Ações judiciais de cunho ambiental: a Companhia destaca duas ações de cunho ambiental, uma ação civil pública e uma ação popular, as quais se encontram atualmente em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba. Tais ações têm como objetivos principais a declaração de nulidade do processo de licenciamento do empreendimento da unidade industrial da Companhia localizada no Estado da Paraíba, denominada Grande Moinho Tambaú, assim como contempla pedido de indenização por conta de eventuais danos ambientais causados à área da construção e, ainda, pedido de demolição da área construída. De acordo com decisão judicial proferida, os autos foram encaminhados à Justiça Estadual da Comarca de Cabedelo/PB, por não haver interesse de autarquia federal (no caso, o IBAMA) a justificar a sua competência para processar e julgar o feito. Entendeu o juízo federal, que as referidas ações discutem matéria de direito edilício, postura e licenciamento municipal, com meros reflexos na área portuária interna e evento visual em relação ao Forte de Santa Catarina de Cabedelo, popularmente conhecido como “Fortaleza de Santa Catarina”, não dizendo respeito à atuação do IBAMA, por não se cogitar de dano ambiental. Atualmente, o processo se encontra na Justiça Estadual, aguardando manifestação desta. Considera-se como possível a probabilidade de perda das ações, porém com risco remoto de demolição da área construída, mas com eventual obrigação de pagamento de indenização por danos ambientais, estimado pelo escritório externo no valor aproximado de R\$ 2.000, na hipótese de desfecho desfavorável à Companhia.

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os impostos ativos diferidos levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa

Notas Explicativas

de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

A composição dos ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro estão demonstrados a seguir.

Ativo diferido	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Provisão para redução a valor recuperável-clientes	2.181	1.814	3.186	2.760
Provisão para contingências	12.110	11.169	15.889	14.285
Lucros não realizados em operações com controladas	1.043	1.064	1.043	1.064
Baixa do ativo diferido mantido nas demonstrações individuais	-	-	71	135
Outras provisões	9.525	13.266	12.017	16.102
	<u>24.859</u>	<u>27.313</u>	<u>32.206</u>	<u>34.346</u>

Passivo diferido	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Diferenças de depreciação (taxas fiscais x vida útil)	34.272	32.687	38.900	36.752
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	5.867	3.923	53.181	47.356
Diferença de valor justo – combinações de negócios	-	-	-	-
Outras provisões	(56)	79	1.017	1.276
	<u>40.083</u>	<u>36.689</u>	<u>93.098</u>	<u>85.384</u>

O passivo fiscal diferido no período findo em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 foi compensado com o ativo fiscal diferido no balanço patrimonial, remanescendo um saldo de R\$ 15.224 (R\$ 9.376 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$60.892 (R\$ 51.038 em 31 de dezembro de 2012) no balanço patrimonial consolidado.

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias em prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia não reconheceu os efeitos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias da controlada Moinho Santa Lúcia Ltda. em razão da ausência de histórico de base de cálculo positiva de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Com base no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e provisões para redução do valor recuperável de clientes, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos das informações consolidadas apresentam a seguinte expectativa de realização:

Exercício	31/03/13	31/12/12
2013	14.915	18.843
2014	1.611	1.564
2015	2.131	2.048
2016	2.687	2.604
2017 a 2019	10.862	9.287
Total	<u>32.206</u>	<u>34.346</u>

Notas Explicativas

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	116.617	121.899	120.746	130.454
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	39.650	41.446	41.054	44.354
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	338	1.304	534	1.173
Exclusões permanentes:				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(17.877)	(15.900)	(15.253)	(10.645)
Outros itens	544	3.567	326	4.737
Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	<u>22.655</u>	<u>30.417</u>	<u>26.661</u>	<u>39.619</u>
Receita isenta de imposto de renda (subvenção governamental)	(13.929)	(14.076)	(13.928)	(15.670)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período após isenção	<u>8.726</u>	<u>16.341</u>	<u>12.733</u>	<u>23.949</u>
Alíquota efetiva	<u>7,48%</u>	<u>13,41%</u>	<u>10,55%</u>	<u>18,36%</u>

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda, cuja natureza, prazo e parcela incentivada estão detalhados na Nota Explicativa nº 22- Subvenções governamentais.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social - Controladora

Em 04 de março de 2013, os membros do Conselho de Administração aprovaram aumento de capital social em R\$25.090, sem modificação no número de ações mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais, passando o capital social para R\$ 827.721 (R\$ 802.631 em 31 de dezembro de 2012).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante a capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 28.929.996 ações ordinárias em circulação, que representavam 25,50% do total e em 31 de março de 2013, o montante de 28.931.996, que representam 25,50% do total.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de março de 2013, a Reserva Legal da Companhia totalizou R\$93.947 (R\$96.715 em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2012).

Reservas de incentivos fiscais

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia e de suas controladas, conforme detalhado em Nota Explicativa nº 22- Subvenções governamentais. Em 31 de março de 2013, as Reservas de incentivos fiscais totalizavam R\$790.679 (sendo R\$ 685.223 registrada em Reservas de Lucros e R\$105.456 em Reservas de Capital); em 31 de dezembro de 2012, as Reservas de incentivos fiscais totalizavam R\$813.001 (sendo R\$ 707.545 registrada em Reservas de Lucros e R\$ 105.456 em Reservas de Capital).

Reservas para plano de investimento

É uma reserva prevista no Estatuto da Companhia, constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Reserva para plano de investimento totalizou R\$ 633.128. Esta reserva observará o limite máximo de 95% do Capital Social.

Reserva especial - Lei nº 8.200/1991

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da Lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Reserva especial era de R\$16.529.

c. Remuneração de acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de créditos aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância aos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a proposta de creditamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 114.508 (R\$108.897, líquidos de IRRF), com a previsão de pagamento para o dia 30 de abril de 2013, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. A proposta será submetida à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada em 19 de abril de 2013.

d. Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

22 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pelo Grupo têm a natureza de subvenções para investimentos e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas monetárias e registradas pelo seu valor nominal.

Notas Explicativas

O valor das subvenções para investimento recebidas dos Estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos Estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do Lucro da Exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela SUDENE, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional.

Os recursos recebidos se constituem em fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos Projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo certo (art. 178, CTN).

Tais subvenções para investimento, não obstante sua inequívoca essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008 no resultado do exercício, em função do que determina a Deliberação CVM nº 555/08 (que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 07). No cumprimento dessa determinação regulamentar, as subvenções para investimentos estaduais, em razão de serem, em sua maioria, calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado numa linha na demonstração do resultado do exercício, logo abaixo da que registra o custo dos produtos vendidos. Já a subvenção federal, baseada no lucro da exploração, é apresentada como dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado por força da citada exigência regulamentar, a Companhia utiliza o regime de competência, reconhecendo as subvenções independente do momento em que as realiza em termos financeiros, em face dos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos.

No encerramento do exercício social, a parcela do lucro que decorre desse mecanismo de trânsito por resultados das subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no Patrimônio Líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, tendo em vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

A Companhia é beneficiária das seguintes subvenções para investimento de origem governamental:

22.1 Incentivos fiscais estaduais

No período findo em 31 de março de 2013, a Companhia fez jus a R\$ 44.863 (R\$ 29.705 em 31 de março de 2012) decorrentes das seguintes subvenções para investimento estaduais:

22.1.1 *DESENVOLVE - Estado da Bahia*

O Governo do Estado da Bahia, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos

Notas Explicativas

necessários à construção e implantação de uma unidade industrial dotada de um moinho de trigo e uma fábrica de biscoitos e de massas, no município de Salvador - BA. A transferência dos recursos públicos à unidade incentivada ocorre mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81,00% do ICMS devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da unidade industrial referida. A manutenção desses incentivos é condicionada à comprovação contábil e física da integral realização do investimento projetado e da geração de empregos prevista no projeto de investimento. Além desses requisitos quanto ao investimento realizado, exige-se que não haja atraso no pagamento do ICMS devido para não gerar a suspensão do incentivo.

O incentivo é válido até novembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 120 meses.

22.1.2 *FDI/PROVIN - Estado do Ceará*

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de duas unidades industriais, sendo (i) um moinho de trigo; e (ii) uma fábrica de gorduras e margarinas especiais, ambas sediadas na cidade de Fortaleza - CE. O incentivo consiste, no caso da unidade de moagem de trigo, no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 63,75% desse ICMS com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida. No caso da unidade industrial de Margarinas e Gorduras vegetais, a subvenção consiste na quitação de 56,25% do ICMS devido com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A legislação atual e os protocolos assinados com o Estado estabelecem parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, bem como a localização e aspectos sociais e ambientais. O direito ao recebimento da subvenção está ainda condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS.

Para ambas as plantas industriais, a mencionada subvenção para investimentos findará em novembro de 2024.

A J. Brandão, incorporada em 30 de abril de 2012, assim como o Moinho Santa Lúcia, incorporado em 28 de dezembro de 2012, também são beneficiários de subvenção para investimentos, que consiste no diferimento do pagamento de parte do ICMS apurado mensalmente e a quitação de 43,35% e 63,75%, respectivamente, no final do período com recursos do FDI. O incentivo é válido até novembro de 2014 e dezembro de 2024, respectivamente.

22.1.3 *PROADI - Estado do Rio Grande do Norte*

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial, localizada na cidade de Natal - RN, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 74,25% desse ICMS com recursos do PROADI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A referida subvenção para investimento foi concedida até agosto de 2020.

Notas Explicativas

22.1.4 *FAIN - Estado da Paraíba*

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste na concessão de um desconto de 81% no valor do ICMS incidente nas aquisições do trigo em grão. O desconto é operado mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

A concessão da mencionada subvenção para investimento se estende até dezembro de 2032.

22.1.5 *PRODEPE - Estado de Pernambuco*

O Governo do Estado de Pernambuco, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma a subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial na cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE, na qual foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Vitarella. Tal subvenção foi concedida no bojo do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE, regulado pelo Decreto nº 21.959/99. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão, consumido pela indústria em equivalente de farinha de trigo. O valor dos recursos correspondentes à subvenção assim calculada é recebido pela indústria mediante a emissão de Nota Fiscal de ressarcimento contra o fornecedor da farinha de trigo adquirida, ou contra o Estado, no caso de aquisição do exterior ou de Estado não signatário do Protocolo 46/2000 de farinha de trigo ou trigo em grão, ao qual compete receber do Estado de Pernambuco o ressarcimento dos valores correspondentes à subvenção entregues às indústrias de massas e biscoitos incentivadas. Além dos 75% antes mencionados, a subvenção inclui um valor equivalente a 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da Região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a um montante equivalente a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.

A concessão da subvenção se estende até março de 2024.

No caso da unidade industrial instalada em Recife-PE (PILAR), adquirida em 26 de abril de 2011 e incorporada em 30 de março de 2012, a subvenção concedida é calculada nos mesmos termos da subvenção concedida à Vitarella. A concessão do benefício ocorreu em 29 de setembro de 2003 e se estende até outubro de 2015.

22.2 **Incentivo fiscal federal**

A Companhia é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de novas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, nos termos definidos no art. 13 da Lei nº 4.239, de 27.06.1963, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.564, de 29.07.1977, com as alterações introduzidas pelo art. 3º da Lei nº 9.532, de 10.12.1997, art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001, e art. 32 da Lei nº 11.196, de 21.11.2005.

Segundo esses dispositivos legais, o incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (dez) anos, para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, mediante a instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na referida região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região Nordeste do País.

Notas Explicativas

A teor da legislação referida, o valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de até 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008). A metodologia legal de quitação desse benefício por parte da União prescreve que será liquidado, a cada período, mediante redução (abatimento) do valor que, segundo a legislação de regência, for considerado devido a título de imposto de renda e adicional (IRPJ), calculado periodicamente sobre o Lucro Real.

Atualmente, a Companhia é beneficiária de subvenções equivalentes a 75,0% e 12,5% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades industriais da controladora e da controlada Vitarella.

No período findo em 31 de março de 2013, o Grupo fez jus a R\$ 13.928 (R\$ 15.670 em 31 de março de 2012) decorrentes dessa subvenção para investimento concedida pela União às referidas unidades industriais incentivadas.

A Companhia apura o Lucro da Exploração, base de cálculo do incentivo de redução do imposto de renda, por estabelecimento incentivado, nos termos previstos no art. 16 e parágrafos, da Lei nº 4.239, de 27.06.63, e demais disposições da legislação tributária Federal.

Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor estão detalhados a seguir:

Unidades industriais	Percentual de redução do IRPJ	Período de validade
Fábrica de biscoitos e de massas (Eusébio-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75,0%	Jan de 2010 até Dez de 2019
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	75,0%	Jan de 2012 até Dez de 2021
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	12,5%	Set de 2011 até Dez de 2013
Moinho de trigo (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Cabedelo - PB) Produção de até 114.683 toneladas	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Cabedelo - PB) Produção de 114.684 a 317.952 toneladas	75,0%	Jan de 2011 até Dez de 2020
Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de massas (Recife - PE)	12,5%	Jan de 2009 até Dez de 2013
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75,0%	Jan de 2009 até Dez de 2018
Fábrica de Produtos derivados do milho (Maracanaú- CE) Produção de até 2.160 toneladas	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de Produtos derivados do milho (Maracanaú-CE) Produção de até 2.160 a 4.320 toneladas	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de bolos, biscoitos e waffer (Maracanaú- CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de massas (Maracanaú- CE) Produção até 12.000 toneladas	12,5%	Jan de 2009 até Dez de 2013

Notas Explicativas

Unidades industriais	Percentual de redução do IRPJ	Período de validade
Fábrica de massas (Maracanaú- CE) Produção de 12.001 até 30.000 toneladas	75,0%	Jan de 2006 até Dez de 2015
Fábrica de biscoitos e massas (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2005 até Dez de 2014
Moinho de Trigo (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2011 até Dez de 2020
Fábrica de biscoitos recheados (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2015

A Administração do Grupo cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, etc., bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

23 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/12/12
Receita bruta:	<u>891.197</u>	<u>570.822</u>	<u>1.121.578</u>	<u>943.550</u>
Mercado interno	887.780	569.274	1.118.161	939.944
Mercado externo	3.417	1.548	3.417	2.847
Outras Receitas	-	-	-	759
Devoluções, descontos e cancelamentos	(27.968)	(12.497)	(31.907)	(22.018)
Impostos incidentes sobre vendas	<u>(112.780)</u>	<u>(62.338)</u>	<u>(141.251)</u>	<u>(110.392)</u>
Receita líquida	<u>750.449</u>	<u>495.987</u>	<u>948.420</u>	<u>811.140</u>

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Reversão de provisões operacionais	-	300	827	379
Provisões operacionais	(2.770)	(425)	(4.360)	(721)
Receita de venda de avarias, sucatas e insumos	1.113	452	6.946	1.415
Resultado das vendas de bens do ativo imobilizado	(411)	(3)	(223)	(5)
Baixa de depósitos judiciais	(4.112)	-	(4.112)	-
Créditos de ICMS baixados como perda	(669)	-	(669)	-
Outras	(1.873)	21	(1.661)	(546)
Total	<u>(8.722)</u>	<u>345</u>	<u>(3.252)</u>	<u>522</u>

Notas Explicativas

25 Informações por segmento

Conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 5, item s, a Companhia tem somente um segmento de negócio passível de reporte.

O Brasil é o principal mercado e foi responsável por 99,7% da receita bruta consolidada no período findo em 31 de março de 2013 (99,6% em 31 de março de 2012). As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 23.

Abaixo demonstramos a receita líquida da Companhia de acordo com as linhas de produtos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Biscoitos	309.709	184.234	493.170	446.373
Massas	171.799	72.166	214.789	181.183
Farinha e farelo	203.272	189.269	185.003	141.075
Margarinas e gorduras	59.939	50.318	46.517	34.794
Bolos e snacks	5.730	-	5.730	5.589
Diversos	-	-	3.211	2.126
Receita Líquida	<u>750.449</u>	<u>495.987</u>	<u>948.420</u>	<u>811.140</u>

Em 31 de março de 2013 não houve cliente que individualmente representasse mais que 6,1% (7,4% em 31 de março de 2012) das vendas, o que demonstra que a Companhia possui uma base de clientes pulverizada e com pouca dependência.

26 Custo dos produtos vendidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Matéria-prima	<u>359.504</u>	<u>227.321</u>	<u>444.925</u>	<u>326.692</u>
- Trigo	239.011	153.313	252.741	190.974
- Óleo	55.216	46.850	59.750	31.624
- Açúcar	13.174	8.382	22.041	23.517
- Farinha de terceiros	32.305	-	51.388	23.800
- Gordura de terceiros	15.334	-	10.373	13.131
- Outros	4.464	18.776	48.632	43.646
Embalagens	46.177	30.007	61.061	58.231
Mão de obra	48.412	30.548	68.374	63.763
Gastos gerais de fabricação	35.937	24.479	47.524	45.993
Depreciação e amortização	14.068	8.504	18.377	14.420
Diversos	=	=	<u>3.211</u>	=
	<u>504.098</u>	<u>320.859</u>	<u>643.472</u>	<u>509.099</u>

Notas Explicativas**27 Despesas com vendas, administrativas e gerais - por natureza**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Despesas com marketing e vendas	51.887	21.579	69.096	52.444
Despesas com fretes	32.072	15.391	43.257	35.470
Despesas com salários e benefícios a empregados	65.445	39.027	82.382	78.423
Outras Despesas Administrativas	<u>9.555</u>	<u>8.937</u>	<u>12.911</u>	<u>15.279</u>
	<u>158.959</u>	<u>84.934</u>	<u>207.646</u>	<u>181.616</u>
Despesas com vendas	<u>132.630</u>	<u>62.158</u>	<u>172.219</u>	<u>141.348</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>26.329</u>	<u>22.776</u>	<u>35.427</u>	<u>40.268</u>

28 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.234	2.377	3.892	3.571
Variações cambiais ativas	2.805	3.943	3.023	4.906
Outros	<u>1.641</u>	<u>1.252</u>	<u>1.848</u>	<u>2.009</u>
	7.680	7.572	8.763	10.486
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(3.467)	(2.251)	(4.504)	(6.113)
Juros sobre dívida de participação societária	(756)	(3.441)	(1.525)	(3.396)
Variações cambiais passivas	(3.489)	(4.118)	(3.983)	(4.841)
Ganhos (Perdas) em operações com contratos derivativos	(397)	(433)	(397)	(442)
Comissões e despesas bancárias	(1.151)	(657)	(1.236)	(903)
Juros sobre debêntures	(2.629)	-	(2.629)	-
Outros	<u>(423)</u>	<u>(166)</u>	<u>(516)</u>	<u>(3.737)</u>
	(12.312)	(11.066)	(14.790)	(19.432)
Resultado financeiro	<u>(4.632)</u>	<u>(3.494)</u>	<u>(6.027)</u>	<u>(8.946)</u>

29 Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, partes relacionadas, empréstimos, financiamentos e contratos de swap.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Notas Explicativas***Instrumentos financeiros por categoria***

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	306.263	107.037	353.111	142.937
Contas a receber de clientes	293.045	289.931	420.252	412.449
Contas a receber de clientes- partes relacionadas	16.152	12.206	-	-
Outros créditos	23.107	21.030	24.790	23.879
Outros créditos - partes relacionadas	989	886	989	863
Investimentos mantidos até o vencimento				
Aplicações financeiras	-	-	4.749	4.674
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	103.962	65.243	112.244	76.643
Fornecedores - partes relacionadas	693	823	693	621
Financiamentos com instituições financeiras	316.717	201.608	374.003	257.986
Financiamentos diretos	59.515	59.006	84.499	137.214
Contas a pagar	26.440	26.302	40.695	38.445
Contas a pagar- partes relacionadas	1.203	1.203	1.200	1.200
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo				
Contas a pagar (Contratos de <i>swap</i>)	(1.362)	732	(1.362)	732

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém aplicações financeiras e contratos de *swap* registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2.

Em 31 de março de 2013, os valores justos dos instrumentos financeiros, bem como os valores contábeis apresentados das informações financeiras estão identificados a seguir:

Notas Explicativas

Moeda	Controladora				Consolidado				
	Saldo	Valor	Saldo	Valor	Saldo	Valor	Saldo	Valor	
	contábil 31/03/13	justo 31/03/13	contábil 31/12/12	justo 31/12/12	contábil 31/03/13	justo 31/03/13	contábil 31/12/12	justo 31/12/12	
Empréstimos e recebíveis									
Caixa e equivalentes de caixa	306.263	306.263	107.037	107.037	353.111	353.111	142.937	142.937	
Contas a receber de clientes	293.045	293.045	289.931	289.931	420.252	420.252	412.449	412.449	
Contas a receber de clientes – partes relacionadas	16.152	16.152	12.206	12.206	-	-	-	-	
Outros créditos	23.107	23.107	21.030	21.030	24.790	24.790	23.879	23.879	
Outros créditos - partes relacionadas	989	989	886	886	989	989	863	863	
Investimentos mantidos até o vencimento									
Aplicações financeiras	-	-	-	-	4.749	4.749	4.674	4.674	
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Fornecedores	103.962	103.962	65.243	65.243	112.244	112.244	76.643	76.643	
Fornecedores-partes relacionadas	693	693	823	823	693	693	621	621	
Financiamentos com instituições financeiras	<u>316.717</u>	<u>326.213</u>	<u>201.608</u>	<u>210.793</u>	<u>374.003</u>	<u>384.966</u>	<u>257.986</u>	<u>268.310</u>	
Operações de repasse - BNDES	TJLP	4.043	4.082	5.720	5.856	6.423	6.553	7.944	8.078
PSI-Pré	Pré-fixado	84.332	92.529	86.983	95.173	103.472	113.045	102.856	112.187
FNE	Pré-fixado	60.047	60.047	63.887	63.887	95.813	95.813	102.168	102.168
Financiamentos externos	CHF	2.668	2.668	2.782	2.782	2.668	2.668	2.782	2.782
Financiamentos externos	USD	165.492	166.752	42.074	42.933	165.492	166.752	42.074	42.933
Outros	UMBNDDES	135	135	162	162	135	135	162	162
Financiamentos diretos		59.515	58.300	59.006	57.524	84.499	82.803	137.214	135.340
Contas a pagar		26.440	26.440	26.302	26.302	40.695	40.695	38.445	38.445
Contas a pagar-partes relacionadas		1.203	1.203	1.203	1.203	1.200	1.200	1.200	1.200
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo									
Contas a pagar (Contratos de swap)		1.362	1.362	732	732	1.362	1.362	732	732

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras (equivalentes de caixas)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas informações financeiras como equivalentes de caixa aproximam-se dos valores de realização em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Investimentos mantidos até o vencimento

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela variação de 100% do DI futuro apurados na data de apresentação das informações financeiras.

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos atrelados à TJLP foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros praticada no mercado, na data de apresentação das informações financeiras (spread 2,70% a.a.).

No caso dos financiamentos pré-fixados, o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras individuais e consolidadas (3,00% a.a.).

Já os financiamentos pelo FNE, o valor justo é igual ao valor contábil, tendo em vista que a taxa cotada na data das informações financeiras é a mesma da contratação dos financiamentos.

Com relação às dívidas decorrentes das aquisições da Vitarella, Pilar, J. Brandão, Pelágio e Moinho Santa Lúcia, que conforme contratos são atualizados pelo CDI, o valor justo foi determinado considerando um *spread* de 0,50%, de forma a refletir as condições de mercado.

Contratos de swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nas taxas futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar de curto prazo

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia analisa seus principais riscos financeiros, define ações de mitigação dos mesmos e monitora o impacto econômico sobre o desempenho. A abordagem da Companhia frente a estes riscos é discutida e definida nas reuniões periódicas do Conselho de Administração.

As atividades do Grupo expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*).

a. Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade do Grupo não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é R\$ 18,0 milhões com vigência no período de 01 de junho de 2012 a 31 de maio de 2013. Atualmente a cobertura do seguro abrange mais de 130 empresas, no total de

Notas Explicativas

R\$60 milhões. Além disso, existe cerca de R\$30 milhões de garantias constituídas mediante hipoteca e fiança bancária.

Adicionalmente, o Grupo possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante consolidado de R\$ 21.317 (R\$ 19.474 em 31 de dezembro de 2012) representativos de 4,83% (4,51% em 31 de dezembro de 2012) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo somente realiza aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

b. Risco de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência – além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento Estaduais e Federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para a expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, pois normalmente tem até um ano de prazo para pagamento de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo este mais longo que os concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos adquiridos. Assim, a Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados nas Notas Explicativas nº 15, 16 e 17.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em Bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites aprovados não estão destinados a cobrir deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de Instituições Financeiras Privadas, como Cédula de Crédito Bancário, FINIMP (Financiamento de Importações) ou outros, por elas apresentadas.

c. Risco de mercado: preço das commodities

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Como política de prevenção de oscilações de curto prazo, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques das principais matérias-primas para aproximadamente três meses de consumo, geridos através de análises do mercado futuro das principais matérias-primas. Este procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, o Grupo acompanha o mercado mundial de commodities, monitorando os

Notas Explicativas

fatores que impactam a formação dos preços tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, dentre outros, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *on-line* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, o Grupo avalia o momento mais oportuno para compra dessas commodities, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, já fixando o preço da *commodity*, porém sujeito a risco de variação cambial.

Em 31 de março de 2013, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura no montante de 179.900 toneladas (248.500 toneladas em 31 de dezembro de 2012), equivalente a US\$ 55.415 mil (US\$ 84.076 mil em 31 de dezembro de 2012).

d. Risco de taxa de câmbio

Os resultados do Grupo estão suscetíveis de sofrer variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, decorrentes principalmente da importação de trigo em grão e óleo vegetal de soja ou de palma, suas principais matérias-primas.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem buscado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, nas transações de importação de insumos.

Nesse sentido, o Grupo contratou operações de *swap* relacionadas a financiamentos de importação (FINIMP) para aquisição de trigo, com vencimento até 14 de fevereiro de 2014, onde na ponta ativa recebe em média, dólar mais 1,51% e na ponta passiva paga, em média, 97,69% do CDI. Os valores de referência (nocial) totalizaram R\$165.604 e valor justo a pagar desses instrumentos derivativos, em 31 de março de 2013, somavam R\$1.130. Vale salientar que nenhuma das operações de contratos de swap exigiu depósitos de margens em garantia.

Além da análise de descasamentos temporais entre fluxos de caixa ativos e passivos sensíveis a determinado fator de risco, bem como, no caso da variação cambial, as expectativas quanto a oscilação da taxa de câmbio em relação ao Real, a Companhia realiza, periodicamente, análise de sensibilidade de seus passivos financeiros à variação do Dólar.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	168.160	44.856	168.160	44.856
Contratos de <i>swap</i>	(165.492)	(42.074)	(165.492)	(42.074)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	(60)	(56)
Déficit apurado (a-b)	<u>2.668</u>	<u>2.782</u>	<u>2.608</u>	<u>2.726</u>

Em 31 de março de 2013, o Dólar encerrou com valorização no período em relação ao Real de aproximadamente 1,45% (8,94% de desvalorização em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de março de 2013, a Companhia encerrou o período com uma exposição ao risco de taxa cambial não relevante, apresentando uma posição de ativos em dólar inferior aos passivos, no montante de R\$ 2.608. Desta forma, diante de um risco imaterial, a Companhia não está apresentando os cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados exigidos pela Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

Conforme já mencionado, a Companhia também mantinha contratos firmados de compra de

Notas Explicativas

trigo e óleo para pagamento e entrega futura equivalente a US\$ 55.415 mil, sujeito a risco de variação cambial. Assim, a análise de sensibilidade levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável, que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$ 2,0138; no mesmo patamar de fechamento em 31 de março 2013; (ii) cenário possível: considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$2,5173. Nesse cenário a perda estimada seria de R\$ 27.899; e (iii) cenário remoto: elevação da cotação do dólar em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$3,0207 onde a perda estimada seria de R\$ 55.797.

e. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Em 31 de março de 2013, os financiamentos atrelados a essas taxas somavam o montante de R\$117.334, correspondendo a 24,20% do total do endividamento da Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	<u>288.679</u>	<u>88.889</u>	<u>334.438</u>	<u>124.113</u>
	<u>288.679</u>	<u>88.889</u>	<u>334.438</u>	<u>124.113</u>
Passivos financeiros				
Taxas pré-fixadas	144.380	150.871	199.285	205.024
Financiamento em moeda estrangeira ⁽¹⁾	168.160	44.856	168.160	44.856
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	89.970	90.316	117.334	170.749
Outros	<u>154</u>	<u>202</u>	<u>154</u>	<u>202</u>
	<u>402.664</u>	<u>286.245</u>	<u>484.933</u>	<u>420.831</u>

Nota ⁽¹⁾: vide comentário sobre risco de taxa de câmbio.

Considerando a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados a CDI e TJLP, em 31 de março de 2013, no valor de R\$217,1 milhões, para a qual a Companhia está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas a CDI, a análise de sensibilidade levou em consideração um aumento máximo de 25% na taxa CDI (representando um aumento de 1,79% pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$3,9 milhões. Caso o aumento fosse de 50% (representando um aumento de 3,58% pontos percentuais), poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$7,8 milhões.

Administração da Companhia entende que além de irrelevante, o risco de grandes variações no CDI em 2013 é baixo, levando em consideração a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos.

Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido), por entender

Notas Explicativas

que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de longo prazo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão assim demonstrados:

<i>Consolidado</i>	31/03/13	31/12/12
Dívida de financiamentos e empréstimos	484.933	420.831
Debêntures	150.945	153.796
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(353.111)	(143.004)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	(4.749)	(4.674)
Dívida líquida	278.018	426.949
Patrimônio líquido	2.518.627	2.410.618
Dívida líquida/Patrimônio líquido (%)	11,04%	17,71%

A variação do índice de alavancagem financeira de 31 de dezembro de 2012 para 31 de março de 2013 foi decorrente, principalmente, do aumento dos financiamentos de insumos e redução da amortização de financiamentos contratados anteriormente, em função da antecipação de sua amortização no exercício de 2012. Esses fatores aliados ao aumento da receita de vendas impactaram no crescimento das aplicações financeiras em 31 de março de 2013.

30 Resultado por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Lucro líquido do período	<u>107.890</u>	<u>105.559</u>	<u>108.013</u>	<u>106.504</u>
Lucro atribuível aos acionistas	<u>107.890</u>	<u>105.559</u>	<u>108.013</u>	<u>106.504</u>
Saldo em 1º de janeiro	113.450	113.450	113.450	113.450
Efeito de compra de ações próprias	-	-	-	-
Efeito de opções de ações exercidas com ações em tesouraria	-	-	-	-
Saldo em 31 de março	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>
Média ponderada de ações	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>
Resultado por ação básico e diluído	<u>0,95099</u>	<u>0,93045</u>	<u>0,95208</u>	<u>0,93877</u>

Em 31 de março de 2013 e 2012, em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

Notas Explicativas

31 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguros é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, a distribuição logística de suas 14 plantas industriais e 31 centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia, dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, tem como procedimento contratar serviços de análises dos riscos operacionais a que está sujeita, tanto nas plantas e instalações da controladora, como das controladas, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólices de seguros, a suficiência dos montantes segurados.

O Grupo mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações. As apólices em vigor apresentam as seguintes coberturas:

Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização - R\$	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	265 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres	20 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013
Desmoronamento	10 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013
Tumultos, greves, lock-out e atos dolosos	5 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013
Quebra de máquina - Danos materiais	4,5 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013
Fermentação própria e combustão espontânea	2 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013

32 Arrendamento mercantil - operacional

A Companhia é locatária junto à empresa Rowena S.A. de duas aeronaves para uso comercial, sem opção de compra prevista. O primeiro contrato foi firmado em 27 de fevereiro de 2008 e aditado em 26 de janeiro de 2011 e o segundo foi firmado em 21 de dezembro de 2012. A posição desses contratos em 31 de março de 2013 é a seguinte:

	Aluguel Trimestral	Prazo da locação	Opção de Compra
1º Contrato:Aeronave Challenger 300	US\$ 550 mil	36 meses	Não prevista
2º Contrato:Aeronave Falcon 2000LX	US\$ 580 mil	36 meses	Não prevista

Notas Explicativas

Em face das condições de contratação, a locação da aeronave não a caracteriza como arrendamento financeiro para fins das normas contábeis aplicáveis.

Vale salientar que em função de contrato de compartilhamento de despesa celebrado com Dias Branco Administração e Participações Ltda., metade do encargo é assumido por aquela empresa.

33 Remuneração dos administradores

O Estatuto Social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia e, portanto, não há valor de participação nos exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012. Caso houvesse tal participação, essa seria apresentada separadamente nas demonstrações de resultados dos respectivos exercícios, antes do lucro líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social, conforme estabelecido pelo art.187 da Lei nº. 6.404/76.

34 Demonstrações dos fluxos de caixa

Não houve no período qualquer mudança na política utilizada pela Companhia para determinar os componentes do caixa e dos equivalentes de caixa, os quais estão apresentados na nota explicativa nº 7.

Durante o período findo em 31 de março de 2013, o Grupo realizou pagamento equivalente a R\$ 20.979 (R\$ 7.167 em 31 de março de 2012) relativo a juros e variações cambiais e R\$ 393 (R\$ 1.753 em 31 de março de 2012) relativo ao Imposto de Renda e Contribuição Social da pessoa jurídica, conforme detalhado na Demonstração do Fluxo de Caixa - Atividades Operacionais. O pagamento de valores retidos na fonte de terceiros e apenas recolhidos pela entidade estão classificados na demonstração de fluxo de caixa conforme sua origem.

Demonstração do fluxo de caixa decorrente de obtenção de controle - Atividades de Investimentos

	<u>Vitarella</u>	<u>Pilar</u> ⁽¹⁾	<u>Pelágio S.A</u> ⁽²⁾	<u>Moinho Santa Lúcia</u>
Caixa e bancos	8.280	82	598	1.010
Aplicações financeiras	26.833	150	2.058	3.659
Clientes	41.374	20.553	37.244	8.415
Estoques	74.208	5.392	19.567	7.007
Outros créditos	14.591	12.130	21.981	3.568
Ativo imobilizado	195.568	37.990	91.459	29.384
Ativo intangível	107.010	33.971	56.670	6
Fornecedores	(5.921)	(7.488)	(21.282)	(4.039)
Empréstimos e financiamentos	(36.450)	(26.565)	(111.002)	(41.335)
Outras contas a pagar	(161.132)	(34.234)	(41.359)	(6.862)
Ágio pago por rentabilidade futura	400.710	<u>27.941</u>	<u>184.066</u>	<u>82.679</u>
Preço total de compra	665.071	69.922	240.000	83.492
Valor da aquisição a ser amortizado (sem juros)	-	(23.584)	(140.000)	(38.492)
Caixa e bancos	(35.113)	<u>(232)</u>	<u>(2.656)</u>	<u>(4.669)</u>
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	629.958	<u>46.106</u>	<u>97.344</u>	<u>40.331</u>

Notas: ⁽¹⁾ A Pilar foi incorporada pela Vitarella em 30 de março de 2012. ⁽²⁾ Contempla dados da J. Brandão, incorporada em 30 de abril de 2012.

35 Evento Subsequente

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 19 de abril de 2013, os acionistas aprovaram, por unanimidade, a proposta para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio, relativo ao exercício de 2012, no valor de R\$ 114.508.

Notas Explicativas

Francisco Ivens de Sá Dias Branco
Diretor-Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Magali Carvalho Façanha
Contadora CRC - CE 12410/O-6

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Titularidade das Ações

Nosso capital social, em 31 de março de 2013, é de R\$827,7 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 113.450.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente, nesta data, pelo Acionista Controlador e pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2013				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Administradores	12.968.004	11,43	12.968.004	11,43
Conselho de Administração	2.296.003	2,02	2.296.003	2,02
Diretoria	10.672.001	9,41	10.672.001	9,41
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	28.931.996	25,50	28.931.996	25,50
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00
Ações em Circulação	28.931.996	25,50	28.931.996	25,50

Nota: Não há membros do conselho de administração e diretoria que detenham diretamente mais de 5% das ações da Companhia.

De acordo com o artigo 20 do nosso Estatuto social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente e não encontrava-se instalado em 31 de março de 2013.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2012				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Administradores	13.537.404	11,93	13.537.404	11,93
Conselho de Administração	2.840.303	2,50	2.840.303	2,50
Diretoria	10.697.101	9,43	10.697.101	9,43
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	28.362.596	25,00	28.362.596	25,00
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00
Ações em Circulação	28.362.596	25,00	28.362.596	25,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 31/03/2013 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	12.968.004	11,43	12.968.004	11,43
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.931.996	25,50	28.931.996	25,50
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 31/03/2012 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.537.404	11,93	13.537.404	11,93
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.362.596	25,00	28.362.596	25,00
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: DIBRA Fundo de Investimentos em Participações		Posição em 31/03/2013 (Em unidades de Quotas)		
Quotistas	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	539,63	99,82	539,63	99,82
Dias Branco Adm. e Participações LTDA.	0,90	0,17	0,90	0,17
IDIBRA Participações LTDA	0,07	0,01	0,07	0,01
Total	540,60	100,00	540,60	100,00

Cláusula Compromissória de Arbitragem

Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”), no exercício de suas atribuições previstas no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e com base na legislação vigente, procederam ao exame e à análise do Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S, aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia.

Eusébio-CE, 30 de abril de 2013.

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Antonio Carlos Dias Coelho

Vera Maria Rodrigues Ponte

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e aprovamos as informações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2013.

Eusébio, 26 de abril de 2013.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco

Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes

Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Vice-Presidente-Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao período findo em 31 de março de 2013.

Eusébio, 26 de abril de 2013.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco

Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes

Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Vice-Presidente-Financeira